

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GESTÃO 2011**

**DESEMBARGADOR SOLON d'EÇA NEVES
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

**Florianópolis/SC
(janeiro/2012)**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA.....	8
2.1. Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça.....	8
2.2. Participação em eventos e reuniões.....	8
2.3. Edição de Provimentos.....	9
2.4. Apreciação de processos.....	10
3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO.....	12
3.1. Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional.....	12
3.2. Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas.....	12
3.2.1. Atividades desenvolvidas pelo Núcleo II durante o ano de 2011.....	12
3.2.2. Projetos.....	14
3.2.3. Projeto META 2.....	14
3.3. Núcleo de Assessoramento III: Correicional e Instrução Disciplinar.....	15
3.3.1. Inspeções locais realizadas em 2011.....	15
3.3.2. Inspeções virtuais/locais realizadas em 2011.....	15
3.3.3. Análise das respostas às determinações e confecção de relatórios de verificações nos processos de inspeções e correições, em 2011.....	16
3.3.3.1. Em processos físicos.....	16
3.3.3.2. Em processos virtuais.....	16
3.3.4. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2011.....	17
3.3.5. Participação dos servidores do Núcleo em cursos de capacitação.....	17
3.4. Núcleo de Assessoramento IV: Serventias Extrajudiciais.....	18
3.4.1. Considerações iniciais.....	18
3.4.2. Atividades Desenvolvidas.....	19
3.4.3. Projeto do Selo Digital.....	31
3.4.3.1. Atividades do Projeto do Selo Digital.....	31
3.4.3.2. Documentos publicados no Projeto do Selo Digital.....	34
3.4.3.3. Gráficos relativos à utilização do selo digital de fiscalização.....	37
3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento, ajuda de custo e cadastro das serventias.....	38
3.5. Atividades da Escrivania Correicional.....	48
3.5.1. De orientação institucional.....	48
3.5.2. De planejamento e de projetos.....	49
3.5.3. De inspeção correicional e instrução disciplinar.....	50
3.5.4. De revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.....	52
3.5.5. Apresentações, palestras e cursos.....	52
3.5.6. Do mutirão de sentenças.....	53
4. COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ.....	54
4.1. Quadro de pessoal.....	54
4.1.2. Núcleo Operacional da Execução Penal.....	54
4.1.3. Núcleo Operacional da Infância e Juventude.....	54
4.2. Mutirões Carcerários.....	55
4.3. Inspeções nos Centros de Internações Provisórias (CIPs) e Centros Educacionais Regionais (CERs).....	55
4.4. Compromissos do coordenador pela CEPIJ e Corregedoria-Geral da Justiça.....	55
4.5. Atividades desenvolvidas pela CEPIJ.....	59
5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA.....	65
6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA.....	67
7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS.....	69
7.1. Atendimento a consultas por telefone.....	69
7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais.....	69
7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone.....	69
7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria.....	69
7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos.....	70
7.6. Outras atividades.....	71
8. ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA.....	72
8.1. Site da Corregedoria Geral da Justiça.....	72
8.2. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA.....	72
8.3. CNA – Cadastro Nacional de Adoção.....	73
8.4. SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça.....	73

8.5. Plantão judicial de primeiro grau.....	73
8.6. RIE/CEJA – Relatório de Inspeção das Entidades de Acolhimento	73
8.7. Sistema Bacen Jud.....	73
8.8. SAJ Estatística	74
8.9. Sistema de Inspeção Virtual	74
8.10. Mutirão carcerário	74
8.11. Emissão de relatórios estatísticos	74
8.12. Programa DNA.....	75
8.13. Troca de microcomputadores e periféricos.....	75
8.14. SSP	75
8.15. Sistemas CNJ.....	75
8.16. TRE – Tribunal Regional Eleitoral.....	75
8.17. Rol de Antecedentes Criminais	76
8.18. METAS - CNJ	76
8.19. Portal do Extrajudicial	76
8.20. Projeto de Selos	76
8.21. Projeto Ressarcimento de Selos.....	77
8.22. Projeto Selo Digital	77
8.23. Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita.....	77
8.24. Projeto Malote Digital - Hermes.....	78
8.25. Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças	78
8.26. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção.....	78
8.27. Portal de Consulta do Selo Digital.....	78
8.28. Cadastro dos Juizes de Paz	79
8.29. Cadastro <i>on-line</i> das serventias extrajudiciais (em homologação)	79
8.30. Atividades diversas.....	79
8.31. Atendimento	80
9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA.....	81
9.1. Quadro de pessoal.....	81
9.2. Atribuições	81
9.3. Projetos/Atividades.....	82
9.3.1. Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA	82
9.3.2. Sistemas do CNJ: Cadastro Nacional de Adoção (CNA), Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL).....	82
9.3.3. Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.....	83
9.3.4. Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento.....	83
9.3.5. Realização de mutirões nas Varas da Infância e da Juventude	83
9.4. Eventos/Treinamentos	83
9.5. Dados estatísticos	83
9.5.1. Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional	84
9.5.2. Adoções realizadas	84
9.5.2.1. Nacionais.....	84
9.5.2.2. Internacionais	84
9.5.3. Pretendentes habilitados (dados gerais).....	85
9.5.4. Entidades de acolhimento cadastradas na ceja.....	86
9.5.5. Crianças/Adolescentes acolhidos.....	86
9.6. Grupos de estudos e apoio à adoção	87
9.7. Propostas	87
9.8. Conclusões.....	87
10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL	89
10.1. Atividades Desenvolvidas	89
10.2. Participação dos servidores da Secretaria-Geral em cursos de capacitação.....	90
11. CONCLUSÃO.....	91
12. ANEXOS.....	93
12.1. Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa	93
12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária	94
12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária	95

1. INTRODUÇÃO

O final da gestão se aproxima e, com ele, encerra-se também o segundo ano de exercício de atividades neste órgão censor. Assim, com fulcro no artigo 383, XIX, da Lei n. 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciárias), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades que foram desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no foro judicial e extrajudicial, no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2011.

Antes, contudo, cumpre-nos enaltecer e, principalmente, agradecer a colaboração dos Exmos. Srs. Juízes-Corregedores Dr^a Soraya Nunes Lins, Dr. Dinart Francisco Machado, Dr. Júlio César Ferreira de Mello, Dr. Volnei Celso Tomazini, Dr. Osmar Mohr, Dr. Alexandre Karazawa Takaschima, Dr. Vitoraldo Bridi, Dr. Luiz César Schweitzer e Dr. Antônio Zoldan da Veiga, bem como agradecer a dedicação e o empenho de todos os servidores que atuam neste órgão, sem os quais as tarefas e os projetos importantes em andamento não teriam alcançado o êxito desejado.

Registramos também um agradecimento especial aos senhores Magistrados que, durante o ano de 2011, exerceram de forma exemplar suas funções e se esmeraram em dar cumprimento às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, fazendo com que a Justiça Estadual de Santa Catarina alcançasse resultados extremamente significativos, ficando em posição de destaque no cenário Nacional: em relação à meta 2 do CNJ, no ano de 2010 ocupamos a 3^a posição dentre aqueles Estados com movimento forense semelhante ao nosso. Em 2011, até o final do mês de novembro, o percentual de cumprimento atingiu 71% da meta. O mérito é dos senhores, Magistrados Catarinenses, que são motivo de orgulho e exemplo aos demais integrantes da categoria.

Há, ainda, que se louvar os esforços da douta Presidência desta Corte Catarinense, bem como das diversas Diretorias deste Tribunal de Justiça que, de forma esmerada e eficiente, garantiram a entrega de novas instalações a este órgão censor, compatíveis com o atual número de servidores que compõem seus quadros e com a modernidade que as suas atividades exigem.

Vale destacar que, nos dois últimos anos, houve um incremento de 39% no quadro de servidores da Corregedoria, representado pelo acréscimo de 25 novos colaboradores, com a finalidade de atender a crescente demanda, notadamente por frequentes cobranças do Conselho Nacional de Justiça, sendo que o quadro atual é composto por 96 servidores.

E foi com o auxílio desse aporte material e imaterial proporcionado pela Direção desta Corte Catarinense, mas principalmente em razão do capital humano que compõe a Corregedoria-Geral da Justiça, que em 2011 este órgão censor desenvolveu e implantou tecnologias que integram diversos setores da Administração Pública, gerando para a sociedade economia de recursos materiais, financeiros e, em certo grau, humanos.

Dentre as tecnologias desenvolvidas, podemos destacar a implantação do processo eletrônico para novos procedimentos na Corregedoria-Geral da Justiça, com a utilização do Sistema de Automação do Judiciário – SAJ 5; a implantação do Selo Digital em substituição ao selo auto-adesivo anteriormente utilizado pelas serventias extrajudiciais (Autos CGJ-E 0260/2009); a implantação do sistema Hermes – MALOTE DIGITAL para comunicação entre o TJSC e as serventias extrajudiciais; a implantação do sistema de atendimento do extrajudicial – SAE (pelo Ofício-Circular CGJ n. 118/2010); a automatização da remessa dos dados de mandados de prisão para a Polícia Civil e INFOSEG; a comunicação por meio eletrônico, para a Justiça Eleitoral, acerca das condenações criminais e da extinção das penas; a regulamentação do uso do sistema SAJ - módulo Assistência Judiciária pelas delegacias de polícia, para que nelas se verifique qual o defensor dativo indicado para recebimento de cópia dos autos de prisão em flagrante no caso prisão e indiciamento de pessoa que não tenha condições de contratar advogado. Esse sistema encontra-se em fase de testes nas comarcas da Capital, Camboriú, Ituporanga, Santo Amaro da Imperatriz e Xanxerê.

Destacam-se, ainda, o desenvolvimento do sistema para pagamento dos oficiais de justiça – SPO, que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções em custas iniciais ou intermediárias; a criação de uma ferramenta para realização do registro dos plantões judiciários locais e circunscricionais diretamente pelas secretariais dos foros, permitindo a divulgação instantânea, na

página do Poder Judiciário, dos magistrados que respondem pelo plantão e seus respectivos telefones de contato; e o desenvolvimento e a implantação do sistema INTIMAFONE para uso nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Provimento CGJ n. 22/2009), em parceria com a DTI.

Além desses, outros projetos ainda estão em fase de estudos para futura implementação e regulamentação, a saber, convênio com a Procuradoria Geral do Estado para fins de fixação de tabela e pagamento de honorários periciais para processos que tramitam sob o benefício da assistência judiciária gratuita; regulamentação do leilão eletrônico; regulamentação da alienação por iniciativa particular ou por intermédio de corretor; e centralização do encaminhamento eletrônico de títulos dos bancos para protesto.

Também está sendo elaborado profundo estudo com várias linhas de análise para alteração da forma de pagamento dos oficiais de justiça e oficiais da infância e juventude, voltado a indenizar todas as despesas de locomoção, bem como o custo de manutenção de veículo.

Além disso, foram mantidos durante o biênio os projetos de meus ilustres antecessores, como as inspeções virtuais “in loco”, os mutirões de sentença, o cadastro de adoção e o mutirão de julgamentos de processos do Tribunal de Júri.

Com relação às inspeções ordinárias realizadas nas serventias judiciais, cumpre destacar que em 2011 houve uma reformulação no seu procedimento, de sorte que elas passaram a ter uma pré-verificação, com geração e remessa de diversos relatórios até 45 dias antes da audiência pública e visitação/inspeção “in loco” nas unidades, facilitando e agilizando a execução dos trabalhos.

Foram realizadas, nesse último ano, inspeções ordinárias em 44 varas de 39 comarcas que, somadas àquelas realizadas em 2010, totalizam 95 inspeções e representam grande incremento em relação ao biênio anterior, no qual efetuaram-se 55 inspeções.

Com relação às serventias extrajudiciais, em 2011 foram realizadas 68 inspeções, dentre as quais 55 inspeções extraordinárias, 3 transmissões de acervo, 2 instruções, 2 retornos, 3 vistorias, 3 constatações e 1 verificação.

Há, ainda, que se destacar a realização do Mutirão de Sentenças, do qual participaram 11 Magistrados na 1ª fase, e 18 na 2ª fase, tendo resultado em 1525 julgamentos.

Foram distribuídos, perante este órgão censor, no ano de 2011, 711 procedimentos administrativos da competência do Núcleo de Assessoramento I – Orientação Institucional, consubstanciados em pedidos de providências contra magistrados e servidores, processos de vitaliciamento e consultas. Dentre estes, 488 foram baixados, permanecendo 223 em andamento, além de outros 37 processos administrativos distribuídos em anos anteriores. Além desses processos administrativos, outros 2486 processos e expedientes diversos da competência dos demais Núcleos de Assessoramento deram entrada nesta Corregedoria, tratando dos mais variados temas, como por exemplo: consultas gerais, pedidos de criação de novas unidades, alteração de competências, determinações e recomendações do Conselho Nacional de Justiça, proposições de alteração de normas da Corregedoria-Geral da Justiça, entre outros. Destes, permanecem em andamento 1073 processos, tendo sido baixados outros 1413.

Registro, de outra parte, que a Corregedoria-Geral da Justiça, na sua atividade de gestora do Fundo do Selo, efetuou no biênio, o pagamento de ajuda de custos e ressarcimentos de atos gratuitos em montante que ultrapassou R\$ 21 milhões.

De registrar-se, também, o constante apoio do Senhor Vice-Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, sem o qual muitos dos projetos e anseios da gestão não teriam tido condições de andamento e implantação.

Cada setor administrativo deste órgão apresenta relatório que demonstra o inegável empenho de todos os funcionários com os projetos em andamento.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1. Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça

As atribuições do Corregedor-Geral da Justiça foram atendidas mediante:

- Divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções/remoções dos magistrados;
- Informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça;
- Divulgação do relatório mensal de inspeção dos estabelecimentos penais (Resolução n. 47/2007 do CNJ);
- Divulgação do relatório do Cadastro Nacional de Adoção - CNJ;
- Apoio ao desenvolvimento de grupos de trabalhos e projetos:
 - Mutirão de Sentenças - 2011 (Resoluções Conjuntas ns. 2/11 e 7/11-GP/CGJ);
 - Sistema Intimafone - Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais (Provimento n. 22/09 - CGJ);
 - Conclusão do Projeto SAJ-5;
 - Mutirões carcerários e inspeções nos centros de internações provisórias e centros educacionais regionais;
 - Finalização do Projeto do Selo Digital de Fiscalização (Provimento n. 36/09 - CGJ);
 - Formação de Comissão Técnica visando dar continuidade ao Projeto de Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

2.2. Participação em eventos e reuniões

- Metas Nacionais de 2011: 30/03/2011, em Brasília/DF;
- 56º ENCOGE: 14/04/2011, em Recife/PE;
- Palestra: 13/05/2011, em Joiville/SC;
- V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade: 26/05/2011, em Blumenau/SC;

- Lançamento do Selo Digital na Grande Florianópolis: 27/06/2011, em Florianópolis/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 19/07/2011, em Canoinhas/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 09/08/2011, em Joinville/SC;
- 57º ENCOGE: 18/08/2011, em Minas Gerais;
- Encontro sobre Adoção: 30/08/2011, em Joinville/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 20/09/2011, em Blumenau/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 04/10/2011, em Itajaí/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 26/10/2011, em Criciúma/SC;
- Lançamento do Selo Digital: 17/11/2011, em Lages/SC;
- 58º ENCOGE: 01/12/2011, em Mato Grosso;
- Lançamento do Selo Digital: 08/12/2011, em Chapecó/SC.

2.3. Edição de Provimentos

Nº	Tipo / Ementa
01	Foro Extrajudicial Inclui os parágrafos 1º e 2º no artigo 815 do Código de Normas, que tratam da comunicação de indisponibilidade de bens aos escritórios de registro de imóveis.
02	Foro Judicial Altera o artigo 109, caput e parágrafo único, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata dos depósitos em dinheiro.
03	Foro Extrajudicial Inclui o artigo 963-A no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referente à possibilidade do Tabelionato de Protestos fornecer, à parte indicada como devedora, fotocópia do título levado à protesto.
04	Foro Judicial Estabelece o meio eletrônico para a remessa de comunicações relativas às sentenças condenatórias criminais transitadas em julgado e de extinção de punibilidade ao Tribunal Regional Eleitoral, e inclui os parágrafos 5º e 6º ao art. 265-A do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
05	Foro Judicial Inclui a Seção X do Capítulo XI, da segunda parte, composta pelo artigo 402-A ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre a interdição de estabelecimentos destinados ao cumprimento de medida socioeducativa.
06	Foro Judicial - Republicado Inclui os §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 298, altera os §§ 2º e 3º do artigo 300 e adiciona os artigos 301-A, 439-A e 439-B ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre o cumprimento de alvará de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário.
07	Foro Judicial Altera o art. 37 e seu parágrafo único, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do plantão circunscricional no primeiro grau de jurisdição.
08	Foro Extrajudicial Define a criação e adequação de normas administrativas às diretrizes do projeto do Selo Digital de Fiscalização, disposto no Processo CGJ-E 0260/2009, que será em breve implementado no serviço notarial e de registro do Estado. Dá nova redação ao § 3º do art. 540 do CNGCJ.
09	Foro Extrajudicial Modifica o Artigo 924 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referente aos elementos necessários para confecção da ficha-padrão de reconhecimento de firmas.
10	Foro Extrajudicial Incluir o artigo 917-A no Código de Normas da CGJ, referente à possibilidade dos Tabeliães de Notas e Escrivães de Paz, lavrarem escritura pública de dissolução de união estável com partilha de bens.
11	Foro Judicial Regulamenta as atividades do Projeto Mutirão Carcerário do ano de 2011 no Estado de Santa Catarina.
12	Foro Judicial Altera a redação dos arts. 412, 427, caput e §§, e 504, e inclui o art. 405-A, §§ 1º e 2º e o § 3º do art. 427, todos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça que tratam do depósito dos valores relacionados com o cumprimento de diligências dos oficiais de justiça, a expedição de alvarás para levantamento dos respectivos valores de conduções, e a certificação do cumprimento do mandado.
13	Foro Extrajudicial

- Altera o art. 594 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, objetivando facilitar os registros de nascimento e óbito e a emissão das respectivas certidões, permitindo que se firmem convênios com estabelecimentos de saúde, observadas as diretrizes estabelecidas pelo provimento n. 13 da Corregedoria Nacional de Justiça.
- 14 Foro Judicial**
Inclui os artigos 277-A e 314-A ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõem sobre as comunicações pelo juiz criminal nos processos em que as vítimas são crianças ou adolescentes.
- 15 Foro Judicial**
Altera o art. 206, §2º do Código Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre a carga rápida.
- 16 Foro Extrajudicial**
Altera os artigos 739 e 771 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, para dispensar o reconhecimento de firma nas cédulas de crédito bancário, imobiliário e de produto rural, e respectivos aditivos e menções adicionais.
- 17 Foro Extrajudicial**
Dispõe sobre a lavratura de Escritura Pública de União Estável e dá outras providências.
- 18 Foro Judicial**
Inclui os §§ 1º e 2º e renumera os demais parágrafos do art. 405-A, insere o § 2º e renumera os demais parágrafos do art. 427 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que tratam do cumprimento dos mandados atribuídos ao oficial de justiça e do respectivo pagamento do ressarcimento.
- 19 Foro Judicial**
Altera os artigos 506, 507 e 509 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que tratam da isenção do pagamento de custas pelo Estado de Santa Catarina, seus Municípios e respectivas autarquias; o pagamento de custas pela metade em relação a outras unidades da federação, seus municípios e autarquias; e o depósito prévio de conduções de oficial de justiça dispensado unicamente para a Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina.
- 20 Foro Extrajudicial**
Revoga o artigo 675-B do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- 21 Foro Extrajudicial**
Implantação do Sistema Hermes – Malote Digital, ferramenta digital que permitirá a comunicação direta da Corregedoria-Geral da Justiça com os serviços notarias e de registro no Estado.
- 22 Foro Extrajudicial**
Altera os arts. 615, 881 e 882 do CNCGJ, para dispor sobre a verificação da capacidade civil dos comparecentes pelo tabellião de notas e a exigência de certidão civil para prática de ato notarial e de registro.
- 23 Foro Judicial**
Altera o art. 29 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, para excluir da regulamentação de horários o atendimento aos advogados.
- 24 Foro Judicial**
Inclui o art. 265-B ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre o encaminhamento de mandados de averbação aos cartórios extrajudiciais.
- 25 Foro Extrajudicial**
Inclui a Seção XVII, no Capítulo VIII, incorporando o art. 265-B, e inclui o parágrafo 3º ao art. 265-B do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre a autenticação dos expedientes encaminhados às serventias extrajudiciais
- 26 Foro Judicial**
Define o procedimento de remessa de correspondências com recibo de entrega enviadas por esta Corregedoria-Geral da Justiça pelo servido de malote de correspondências.

Fonte: <http://cgj.tjsc.jus.br/consultas/provcirc/prov2011.htm>

2.4. Apreciação de processos

Foram apreciados, no âmbito do Tribunal Pleno, os seguintes processos:

- Processo GC n. 1107/2010 (016954)
- Processo CGJ n. 0717-2010
- Recurso Decisão Processo Administrativo n. 2010.900035-2

E, no Conselho da Magistratura:

- Pedido de Providências n. 2011.900043-6

- Recurso Administrativo em Reclamação Disciplinar n. 2011.900042-8
- Pedido de Providências n. 2011.900075-4
- Embargos de Declaração em Processo Administrativo n. 2010.900043-3
- Recurso de Decisão n. 2011.900058-4
- Recurso de Decisão n. 2011.900049-5
- Recurso de Decisão n. 2011.900044-4

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1. Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

No período de janeiro a novembro de 2011, a Corregedoria-Geral da Justiça autuou 711 procedimentos administrativos vinculados ao Núcleo I. Desse universo, 668 tramitaram eletronicamente, enquanto 43 em autos físicos. Atualmente, 223 feitos continuam em curso, e apenas 4 deles não são em formato virtual.

Durante o ano de 2011 foram concluídos 11 processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos, estando em andamento outros 19 processos.

O Núcleo I também assessorou o Corregedor-Geral da Justiça na expedição de 7 portarias de instauração de Processo Administrativo Disciplinar, sendo 3 delas em desfavor de magistrados e outras 4 em face de auxiliar da justiça.

Quanto aos atendimentos prestados pela assessoria do Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados, contabilizam-se os seguintes dados:

- Atendimento prestado por telefone: 4.505
- Atendimento prestado por correspondência eletrônica: 5.070
- Atendimento prestado pessoalmente: 426

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas pelo Núcleo II durante o ano de 2011

- Redação das Resoluções Conjuntas n. 05/2011-GP/CGJ (Institui a Campanha “Pai Legal”) e n. 08/2011-GP/2011 (Regulamenta o recolhimento e destinação de armas apreendidas);
- Redação da Portaria n. 85/2011, que autoriza a integração aos serviços do Cartório Remoto de Processo Eletrônico – CREPE das unidades judiciárias competentes para execução fiscal estadual e municipal das comarcas de Brusque, Indaial e Timbó;
- Redação de 15 (quinze) Provimentos diversos, os quais, na grande maioria, relacionados com alterações de dispositivos do Código de Normas da

Corregedoria-Geral da Justiça;

- Redação de 7 (sete) circulares de matérias diversas;
- Redação de 72 (setenta e dois) ofícios-circulares de matérias diversas;
- Exarados 345 (trezentos e quarenta e cinco) pareceres de assuntos e matérias variadas;
- Participação em 187 (cento e oitenta e sete) reuniões de assuntos diversos;
- Editadas 3 orientações;
- Realizada, via videoconferência, a capacitação de servidores de todas as varas com competência para investigação de paternidade para o sistema PRODNASC (geração *online* de ficha de identificação, etiquetas de identificação de cartão de amostras, etc.) (<http://cgj.tjsc.jus.br/dna/orientacao.htm>);
- Realizadas, via videoconferência, sensibilização e capacitação de servidores para a Campanha "Pai Legal" (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/pailegal/index.htm>);
- Respondidas 755 (setecentas e cinquenta e cinco) mensagens por correio eletrônico;
- Foram prestados diversos atendimentos via telefone e correio eletrônico relacionados com os sistemas INFOJUD, BACENJUD, Sistemas CNJ, Pagamento de Honorários Periciais da Jurisdição Delegada e PRODNASC.

3.2.2. Projetos

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Depoimento sem Dano (autos CGJ 0868/2008)	CGJ, DI e Presidência	CGJ (solicitação do Juiz José Carlos Bernardes dos Santos)	Aprovado pelo CGINFO. A implantação acompanhará o projeto de gravação de audiências.
Credenciamento de Corretores de Imóveis – Alienação por Iniciativa Particular (autos 300877-2008.0)	CGJ, DI, Presidência e CRECI	CGJ (pedido do CRECI)	Elaborada minuta de Resolução. Aguardando sugestões finais.
Eliminação de correspondências de solicitação de informações ao TRE/SC – substituição por troca de arquivos (INTEGRA)	CGJ, TREC	TREC	Concluído – Provimento n. 4/2011.
Criação do Sistema de Segurança das informações do PJ – controle de usuários de sistemas	CGJ	CGJ	Autos 1501/2009 – A Assessoria de Informática da CGJ está verificando os dados necessários para a implementação do sistema pela DTI.
Leilão Eletrônico (autos CGJ 0607/2009)	CGJ, DI	CGJ	Aguarda definições. Projeto de Resolução já disponível. Consulta aos leiloeiros já realizada.
Instalação do SAJ 5 na CGJ – Processo Eletrônico	CGJ, DI	CGJ	Implantação concluída.
Centralização da Distribuição Eletrônica de Títulos dos Bancos para protestos Intimafone	CGJ, DI	CGJ	Redistribuído ao Núcleo IV da CGJ.
Depósito Central de Bens	CGJ, Presidência, DDI	CGJ	Implantado em todas as 52 comarcas que já possuem VOIP. A conclusão em 100% das comarcas está prevista para 2015.
Fundo de Ressarcimento de Conduções	CGJ, Presidência, ASPLAN, DTI e DOF	CGJ	O terreno já foi adquirido. Aguardando a construção do prédio.
Campanha Pai Legal	Grupo de Trabalho, CGJ, CEPIJ	CGJ	Aguarda manifestação do Conselho de Gestão.
Certidão negativa na web	DTI, CGJ	DTI	Campanha em andamento.
Custas na web	DTI, CGJ	DTI	Em andamento.
SPO – Sistema de Pagamento dos Oficiais	CGJ, DTI	CGJ	Especificações para requisição eletrônica de pagamento aos oficiais de justiça – valores centralizados no TJSC. Concluído pela Assessoria de Informática da CGJ.

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.2.3. Projeto META 2

A equipe Meta 2 realizou acompanhamento *in loco* em 66 unidades judiciárias de 14 comarcas.

No final do mês de novembro/2011, registrou-se o cumprimento de 71% da meta 2. Ainda estão pendentes de julgamento aproximadamente 31.815 processos distribuídos até 31/12/2006.

Necessário considerar, no entanto, que em torno de 10.127 processos dependem única e exclusivamente da iniciativa das partes (inventários, arrolamentos, sobrepartilha, usucapião, divórcio litigioso e etc), enquanto outro número considerável aguarda a realização de perícias.

Os 31.815 processos da meta 2 que ainda não foram julgados correspondem a 3,42% dos processos de conhecimento em andamento no primeiro grau (928.125).

3.3. Núcleo de Assessoramento III: Correicional e Instrução Disciplinar

3.3.1. Inspeções locais realizadas em 2011

N.	COMARCA/VARA	DATA
1	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Cíveis	23 a 27 de maio
2	Criciúma – 3ª Vara Cível e Juizado Especial Cível	30 de maio a 3 de junho
3	Ibirama – 1ª e 2ª Varas	4 a 8 de julho
4	Itajaí – Vara da Família e Vara da Infância e Juventude	26 a 29 de Setembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.2. Inspeções virtuais/locais realizadas em 2011

N.	COMARCA/VARA	DATA
1	Descanso – Vara Única	26 de julho
2	Itapiranga – Vara Única	27 de julho
3	Mondai – Vara Única	28 de julho
4	São Carlos – Vara Única	02 de agosto
5	Palmitos – Vara Única	03 de agosto
6	Cunha Porã – Vara Única	04 de agosto
7	Campo Erê – Vara Única	09 de agosto
8	São Domingos – Vara Única	10 de agosto
9	São Lourenço do Oeste – Vara Única	11 de agosto
10	Ipumirim – Vara Única	16 de agosto
11	Itá – Vara Única	17 de agosto
12	Seara – Vara Única	18 de agosto
13	Catanduvas – Vara Única	30 de agosto
14	Tangará – Vara Única	31 de agosto
15	Herval d'Oeste – Vara Única	1 de setembro
16	Itaiópolis – Vara Única	13 de setembro
17	Papanduva – Vara Única	14 de setembro
18	Lebon Régis – Vara Única	15 de setembro
19	Armazém – Vara Única	3 de outubro
20	Lauro Muller – Vara Única	4 de outubro
21	Jaguaruna – Vara Única	5 de outubro
22	Capivari de Baixo – Vara Única	6 de outubro
23	Forquilha – Vara Única	17 de outubro
24	Santa Rosa do Sul – Vara única	18 de outubro
25	Turvo – Vara Única	19 de outubro
26	Meleiro – Vara Única	20 de outubro
27	Campo Belo do Sul – Vara Única	7 de novembro
28	Anita Garibaldi – Vara Única	8 de novembro
29	Correia Pinto – Vara Única	9 de novembro
30	Otacílio Costa – Vara Única	10 de novembro
31	Araquari – Vara Única	22 de novembro
32	Itapoá – Vara Única	23 de novembro
33	Garuva – Vara Única	24 de novembro
34	Rio do Campo – Vara Única	6 de dezembro
35	Taió – Vara Única	7 de dezembro
36	Rio do Oeste – Vara Única	8 de dezembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.3. Análise das respostas às determinações e confecção de relatórios de verificações nos processos de inspeções e correições, em 2011

3.3.3.1. Em processos físicos

N.	PROCESSO	COMARCA/VARA
1	CGJ 0945/2010	Araranguá – 3ª Vara Cível
2	CGJ 0812/2009	Balneário Camboriú - 2ª Vara Criminal
3	CGJ 1008/2009	Blumenau - 1ª Vara da Criminal
4	CGJ 1009/2009	Blumenau - 2ª Vara Criminal
5	CGJ 0598/2010	Caçador - Vara Criminal
6	CGJ 1180/2010	Campos Novos – Vara Criminal
7	CGJ 0301/2009	Capinzal - 1ª Vara
8	CGJ 0445/2010	Criciúma – 1ª Vara Criminal
9	CGJ 1225/2010	Gaspar – 2ª Vara
10	CGJ 0712/2009	Guaramirim - 1ª Vara
11	CGJ 0667/2010	Itajaí - Vara da Fazenda Pública
12	CGJ 1181/2010	Joaçaba – Vara Criminal
13	CGJ 0484/2010	Joinville - 1ª Vara Criminal
14	CGJ 0486/2010	Joinville – 3ª Vara Criminal
15	CGJ 0873/2009	Laguna - 1ª Vara Cível
16	CGJ 0071/2009	Mafra – 2ª Vara
17	CGJ 0739/2010	São Francisco do Sul – 1ª Vara Cível
18	CGJ 0740/2010	São Francisco do Sul - 2ª Vara Cível
19	CGJ 0796/2010	São Miguel do Oeste - 1ª Vara Cível
20	CGJ 0797/2010	São Miguel do Oeste - 2ª Vara Cível
21	CGJ 0798/2010	São Miguel do Oeste – Vara Criminal
22	CGJ 0801/2010	Xanxerê - Vara Criminal
23	CGJ 0597/2010	Caçador - 2ª Vara Cível
24	CGJ 0379/2010	Tubarão – 2ª Vara Criminal
25	CGJ 0378/2010	Tubarão - 1ª Vara Criminal
26	CGJ 0930/2009	Laguna - Vara Criminal
27	CGJ 0488/2010	Joinville - Juizado Especial Criminal
28	CGJ 0130/2009	Itajaí - 3ª Vara Cível
29	CGJ 0132/2009	Itajaí - 2ª Vara Criminal
30	CGJ 0227/2009	Chapecó - 3ª Vara Criminal
31	CGJ 0921/2008	Capital - Vara de Executivos Fiscais Estadual e Municipal
32	CGJ 1012/2010	Jaraguá do Sul - 1ª Vara Cível
33	CGJ 0288/2010	Lages – 3ª Vara Criminal
34	CGJ 0945/2010	Araranguá – 3ª Vara Cível
35	CGJ 0444/2010	Araranguá - Vara Criminal
36	CGJ 0484/2010	Joinville – 1ª Vara Criminal
37	CGJ 0598/2010	Caçador - Vara Criminal
38	CGJ 1012/2010	Jaraguá do Sul - 1ª Vara Cível
39	CGJ 0812/2009	Balneário Camboriú - 2ª Vara Criminal
40	CGJ 0288/2010	Lages - 3ª Vara Criminal
41	CGJ 0741/2010	São Francisco do Sul - Vara Criminal
42	CGJ 1180/2010	Campos Novos – Vara Criminal
43	CGJ 0301/2009	Capinzal - 1ª Vara
44	CGJ 0666/2010	Itajaí - 2ª Vara Cível
45	CGJ 0665/2010	Itajaí - 1ª Vara Cível
46	CGJ 1226/2010	Gaspar - 3ª Vara
47	CGJ 1079/2010	Timbó – 2ª Vara Cível
48	CGJ 1179/2010	Campos Novos – 1ª Vara Cível
49	CGJ 1181/2010	Joaçaba – Vara Criminal
50	CGJ 0488/2010	Joinville – Juizado Especial Criminal
51	CGJ 0739/2010	São Francisco do Sul – 1ª Vara Cível
52	CGJ 0796/2010	São Miguel do Oeste - 1ª Vara Cível
53	CGJ 0798/2010	São Miguel do Oeste – Vara Criminal

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.3.2. Em processos virtuais

N.	PROCESSO	COMARCA/VARA
1	0010829-60.2011.8.24.0600	Descanso – Vara Única

2	0010808-84.2011.8.24.0600	Itapiranga – Vara Única
3	0010828-75.2011.8.24.0600	Mondaí – Vara Única
4	0010826-08.2011.8.24.0600	São Carlos – Vara Única
5	0010825-23.2011.8.24.0600	Palmitos – Vara Única
6	0010824-38.2011.8.24.0600	Cunha Porã – Vara Única
7	0010893-70.2011.8.24.0600	Campo Erê – Vara Única
8	0010894-55.2011.8.24.0600	São Domingos – Vara Única
9	0010895-40.2011.8.24.0600	São Lourenço do Oeste – Vara Única
10	0010963-87.2011.8.24.0600	Ipumirim – Vara Única
11	0010960-35.2011.8.24.0600	Itá – Vara Única
12	0010959-50.2011.8.24.0600	Seara – Vara Única
13	0010943-96.2011.8.24.0600	Catanduvas – Vara Única
14	0010962-05.2011.8.24.0600	Tangará – Vara Única
15	0010961-20.2011.8.24.0600	Herval d'Oeste – Vara Única
16	0011094-62.2011.8.24.0600	Itaiópolis – Vara Única
17	0011093-77.2011.8.24.0600	Papanduva – Vara Única
18	0011092-92.2011.8.24.0600	Lebon Régis – Vara Única
19	0011255-72.2011.8.24.0600	Armazém – Vara Única
20	0011254-87.2011.8.24.0600	Lauro Muller – Vara Única
21	0011253-05.2011.8.24.0600	Jaguaruna – Vara Única
22	0011252-20.2011.8.24.0600	Capivari de Baixo – Vara Única
23	0011251-35.2011.8.24.0600	Forquilha – Vara Única
24	0011250-50.2011.8.24.0600	Santa Rosa do Sul – Vara única
25	0011249-65.2011.8.24.0600	Turvo – Vara Única
26	0011248-80.2011.8.24.0600	Meleiro – Vara Única
27	0011874-02.2011.8.24.0600	Campo Belo do Sul – Vara Única
28	0011873-17.2011.8.24.0600	Anita Garibaldi – Vara Única
29	0011872-32.2011.8.24.0600	Correia Pinto – Vara Única
30	0011871-47.2011.8.24.0600	Otacílio Costa – Vara Única
31	0011877-54.2011.8.24.0600	Araquari – Vara Única
32	0011876-69.2011.8.24.0600	Itapoá – Vara Única
33	0011875-84.2011.8.24.0600	Garuva – Vara Única
34	0011258-27.2011.8.24.0600	Rio do Campo – Vara Única
35	0011257-42.2011.8.24.0600	Taió – Vara Única
36	0011256-57.2011.8.24.0600	Rio do Oeste – Vara Única

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.4. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2011

N.	Data	Local	Processo	Pessoas ouvidas
1	28/06/2011	Foro de Itajaí	CGJ 0951/2010	1
2	29/06/2011	Foro da Capital	CGJ 0951/2010	1
3	06/07/2011	Foro de Presidente Getúlio	CGJ 0951/2010	6
4	07/07/2011	Foro de Ibirama	CGJ 0951/2010	1
5	19/10/2011	Foro de Sombrio	0011886-16.2011.8.24.0600	6
			TOTAL	14

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.5. Participação dos servidores do Núcleo em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2011, alguns servidores deste Núcleo participaram do curso de Prática de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância – Lei Complementar n. 491/2010, promovido pela Academia Judicial, realizado em Florianópolis – SC, no período de 13 a 15 de abril, com carga horária de 24 horas/aula.

Outros participaram do Curso de Português Avançado com ênfase em Linguagem Jurídica, realizado pelo Instituto Educere em parceria com a Academia Judicial, no período de 3 de outubro a 3 de novembro de 2011, com 40 horas/aula, na modalidade a distância.

3.4. Núcleo de Assessoramento IV: Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

As atividades desenvolvidas em 2011 tiveram como norte a continuidade de ações preventivas junto aos serviços de notas e registros, com o objeto de disseminar conhecimentos técnicos e gerenciais como forma de qualificação e melhoria para a posterior prestação dos serviços de orientação e fiscalização.

O modelo de gestão adotado prossegue com a escolha de métodos, ferramentas e estratégias para dinamizar as atividades desempenhadas pelo Núcleo. O dinamismo, aliás, foi a característica marcante deste período administrativo.

No âmbito interno, o Núcleo IV avançou de forma importante no seu projeto de reorganização, iniciado a partir da Ordem de Serviço n. 01/2010 (que fixou nova disciplina ao fluxo de demandas geradas por meio dos processos, consultas, *e-mails* (cgjextra@tjsc.jus.br) e pareceres cotidianamente solicitados).

Os fluxos e métodos de trabalhos sofreram algumas alterações e adequações necessárias para a devida acomodação frente às novas demandas apresentadas.

Esforços e recursos foram redobrados para o aprimoramento das atividades desempenhadas por cada setor, com o mote de garantir meios de continuidade administrativa e melhoria no efetivo oferecimento de repostas às demandas externas/internas propostas e emprestando agilidade e confiabilidade ao serviço prestado.

Lembra-se que, organicamente, o Núcleo está subdividido nos seguintes setores:

Setor I – Coordenação e orientação;

Setor II – Fiscalização e inspeção;

Setor III - Revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira parte) e projeto;

Setor IV – Selo de Fiscalização, ressarcimento dos atos gratuitos, ajuda de custos e cadastro das serventias.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

- Readequações constantes, em parceria com o setor de informática, do sítio virtual “Portal do Extrajudicial”, para dar clareza, objetividade e fácil acesso na prestação e na obtenção das informações relacionadas às serventias extrajudiciais;
- Disseminação, divulgação e incentivo na utilização do S@E - Sistema de Atendimento do Extrajudicial (ofício-circular 118/2010);
- Aquisição de novas obras e revitalização da Biblioteca setorial do Núcleo IV;
- Criação de espaço destinado às orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, no portal do extrajudicial (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>);
- Elaboração da orientação 4, de 28/04/2011, que disciplina a atuação quando há existência de pedido de sigilo de identidade nos expedientes remetidos pelo S@E;
- Elaboração da orientação 5, de 22/08/2011, que fixa interpretação acerca das comunicações de afastamentos de notários e registradores das comarcas.
- Criação, no Portal do Extrajudicial, de link para acesso e consulta ao site do Ministério da Justiça relativo ao cadastro dos serviços registraes e notariais;
- Criação, no Portal do Extrajudicial, de link para acesso ao Portal da Justiça Aberta do Conselho Nacional de Justiça;
- Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro por meio de telefone e e-mail, bem como pelo deslocamento de assessores correicionais;
- Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

Processo	Atividade	Comarca	Município - Distrito	Serventia	Período
CGJ-E	Transmissão de acervo	Videira	Iomerê	Escrivanias de Paz	24/05/2011
CGJ-E	Transmissão de acervo	Barra Velha	São João do Itaperiú	Escrivanias de Paz	31/10/2011

CGJ-E	Transmissão de acervo	Içara – Criciúma	Içara – Criciúma	Registro de Imóveis e 1º Registro de Imóveis	21 a 25/11/2011
-------	-----------------------	------------------	------------------	--	-----------------

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Envio ao CNJ de atos relativos à posse e transmissão de acervo dos titulares e dos designados nas Serventias Extrajudiciais;
- Informação do usuário e da senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos ofícios extrajudiciais;
- Distribuição para os cartórios e fóruns de cartazes contendo as novas características do selo digital de fiscalização;
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;
- Elaboração de 22 comunicações internas para o desenvolvimento de estudos e projetos relativos as atividades do Núcleo;
- Edição e aplicação da Meta 1 – 2011, instituída pela Ordem de Serviço n. 5 de 2011, que determinou identificar, impulsionar e decidir todos os processos virtuais distribuídos até 30 de julho de 2011;
- Participação na Campanha Pai Legal;
- Criação e envio de questionário prévio de preparação para as inspeções extraordinárias;
- Criação e início dos trabalho da Comissão Central de Normatização das Atividades Notariais e Registrais;
- Recepção da delegação de servidores do Tribunal de Justiça do Acre, Ceará para apresentação do Projeto do Selo Digital de Fiscalização e da forma de trabalho e organização do Núcleo IV da Corregedoria- Geral da Justiça;
- Realização de videoconferência com servidores do Tribunal de Justiça dos Estados do Piauí e Ceará para troca de informações acerca do Projeto do Selo Digital de Fiscalização;
- Organização e realização do 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina em conjunto com a Academia Judicial;

- Elaboração e remessa para a 1º Vice-Presidência da lista das serventias extrajudiciais vagas, objetivando a abertura de novo concurso para a atividade extrajudicial do Estado;
- Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 5.000 (cinco mil) ligações;
- Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

DESTINATARIO	TOTAL	DESTINATARIO	TOTAL
Abelardo Luz	3	Joaçaba	3
Araquari	7	Joinville	75
Araranguá	7	Lages	16
Armazem	3	Laguna	1
Ascurra	1	Lebon Régis	1
Balneário Camboriú	2	Mafra	6
Biguacu	4	Maravilha	3
Blumenau	24	Meleiro	1
Braço do Norte	3	Modelo	1
Bom Retiro	2	Navegantes	4
Brusque	13	Rio Negrinho	5
Barra Velha	18	Orleans	10
Caçador	5	Otacílio Costa	2
Camboriu	24	Palhoça	10
Canoinhas	3	Palmitos	1
Capinzal	2	Papanduva	2
Capital	98	Porto Belo	2
Capivari de Baixo	4	Presidente Getúlio	1
Campo Belo do Sul	2	Balneário Piçarras	5
Camboriú	1	Pinhalzinho	2
Coronel Freitas	3	Pomerode	1
Assessoria de Custas	14	Porto União	4
Chapeco	13	Quilombo	1
Campos Novos	2	Rio do Campo	1
Concórdia	4	Rio do Sul	1
Correia Pinto	2	Santo Amaro da Imperatriz	4
Criciúma	29	Santa Rosa do Sul	2
Curitibanos	2	São José	38
Cunhã Porã	4	São Bento do Sul	4
Dionísio Cerqueira	2	Santa Cecília	1
Assessoria Extrajudicial	550	Assessoria do Selo de Fiscalização	645
Forquilha	1	São Francisco do Sul	9
Fraiburgo	1	São João Batista	3
Assessoria do Fundo de Reaparelhamento	13	São Joaquim	3
Garopaba	1	São Lourenço do Oeste	2
Garuva	1	São Miguel do Oeste	1
Gaspar	5	Sombrio	1
Guaramirim	15	Tangará	1
Içara	6	Trombudo Central	1
Imarui	1	Tijucas	5
Imbituba	3	Timbó	2
Indaial	1	Tubarão	13
Ita	1	Turvo	1
Itaiópolis	6	Urussanga	7
Itajai	22	Videira	1
Itapema	20	Xanxerê	2
Itapoá	3	Xaxim	1
Ituporanga	8	TOTAL	1.875
Jaraguá do Sul	10		

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Participação dos servidores e juiz-corregedor nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
19 a 23 de setembro	Fortaleza – Ceará	38º Encontro dos Registradores de Imóveis do Brasil
01 e 03 de dezembro	Cuiabá – Mato Grosso	58º ENCOGE

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Inspeções Correicionais praticadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

Atividade	Comarca	Município - Distrito	Serventia	Período
Instrução	Acurra	Rodeio	Escrivania de Paz	16 a 17/3/2011
Extraordinária	Araranguá	Maracajá	Escrivania de Paz	21 a 25/3/2011
Extraordinária	Bal. Piçarras	Bal. Piçarras	Registro de Imóveis	06 a 10/6/2011
Extraordinária		Bal. Piçarras	Tabelionato de Notas	06 a 10/6/2011
Extraordinária	Barra Velha	Barra Velha	Registro de Imóveis ¹	12 a 30/9/2011
Extraordinária		Barra Velha	Tabelionato de Notas	12 a 16/9/2011
Extraordinária		São João do Itaperiú	Escrivania de Paz ²	31.10.2011
Instrução	Brusque	Brusque	Registro de Imóveis	08/9 e 13 a 14/10/2011
Extraordinária	Caçador	Caçador	Registro de Imóveis	04 a 08/7/2011
Extraordinária		Caçador	Registro Civil PNPJTD	04 a 08/4/2011
Extraordinária		Caçador	1o Tabelionato de Notas	04 a 08/7/2011
Extraordinária		Caçador	2o Tabelionato de Notas	04 a 08/4/2011
Extraordinária	Campos Novos	Campos Novos	Registro de Imóveis	15 a 18/2/2011
Extraordinária		Campos Novos	Registro Civil PNPJTD	15 a 18/2/2011
Extraordinária		Campos Novos	1o Tabelionato de Notas	15 a 18/2/2011

¹ Durante os trabalhos correicionais o Juiz Corregedor, Dr. Antônio Zoldan da Veiga, realizou uma reunião com membros da OAB, Corretores de Imóveis, Incorporadores, Construtores, objetivando esclarecer dúvidas e procedimentos decorrentes dos trabalhos realizados pelas Serventias da Comarca;

² A Escrivania de Paz do município de São João do Itaperiú encontra-se em intervenção e diante de irregularidades constatadas foi designado novo interventor;

Extraordinária	Capivari de Baixo	Capivari de Baixo	Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD3	10 a 12/8/2011
Extraordinária	Correia Pinto	Correia Pinto	Registro de Imóveis	30/5 a 02/6/2011
Extraordinária		Correia Pinto	Tabelionato de Notas	30/5 a 02/6/2011
Extraordinária	Criciúma	Criciúma	1o Registro de Imóveis	29/8 a 02/9/2011
Extraordinária		Criciúma	1o Tabelionato de Notas ⁴	11 a 14/4/2011
Extraordinária		Criciúma	2o Tabelionato de Notas	11 a 14/4/2011
Extraordinária		Siderópolis	Escrivania de Paz	29/8 a 02/9/2011
Extraordinária	Garopaba	Garopaba	Tabelionato de Notas	15 a 19/8/2011
Extraordinária		Paulo Lopes	Escrivania de Paz	15 a 19/8/2011
Extraordinária	Guaramirim	Guaramirim	Registro de Imóveis	03 a 07/10/2011
Extraordinária		Guaramirim	Registro Civil PNPJTD	03 a 07/10/2011
Extraordinária		Guaramirim	Tabelionato Notas ⁵	01 a 04/11/2011
Constatação	Ibirama	José Boiteux	Escrivania de Paz	13/07/2011
Extraordinária	Indaial	Indaial	Registro Civil PNPJTD	14 a 18/3/2011
Extraordinária	Itajaí	Itajaí	1o Registro de Imóveis ⁶	17 a 21/10/2011
Extraordinária		Itajaí	2o Registro de Imóveis	17 a 21/10/2011
Extraordinária	Itapema	Itapema	Registro de Imóveis ⁷	02 a 06/5/2011
Extraordinária	Jaguaruna	Jaguaruna	Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD ⁸	24 a 27/10/2011
Extraordinária		Jaguaruna	Tabelionato de Notas	24 a 27/10/2011

³ A competência da serventia é para o Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD, sendo que somente neste é que foi realizada a inspeção correicional;

⁴ O Juiz Corregedor, Dr. Osmar Mohr, durante os trabalhos correicionais, a pedido da Direção do Foro, realizou uma reunião com membros da OAB, Corretores de Imóveis, Incorporadores, Construtores, a fim de esclarecer dúvidas e procedimentos decorrentes dos trabalhos realizados no Registro de Imóveis de Criciúma;

⁵ O Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Guaramirim em razão do afastamento da Tabeliã, encontra-se sob intervenção desde o ano de 2006;

⁶ O 1º Ofício do Registro de Imóveis de Itajaí encontrava-se sob intervenção, mas diante da decisão definitiva do afastamento do Titular foi designado Oficial interino na pessoa do interventor. O Juiz Corregedor, Dr. Antônio Zoldan da Veiga, atendendo solicitação da OAB-SC, Subseção de Itajaí, realizou uma reunião com advogados a fim de esclarecer dúvidas sobre os procedimentos nos trabalhos realizados pelos Registros de Imóveis de Itajaí;

⁷ O Juiz Corregedor, Dr. Osmar Mohr com a Direção do Foro, realizou uma reunião com Corretores de Imóveis, Incorporadores e Construtores, quando foram debatidos diversos temas, mas especialmente para esclarecer dúvidas e procedimentos decorrentes dos trabalhos realizados no Registro de Imóveis de Itapema;

⁸ A competência da serventia é para o Registro de Imóveis e possui anexado o acervo do Registro Civil PNPJTD, sendo a correição realizada apenas no fôlio imobiliário;

Extraordinária	Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	Tabelionato de Notas	27/6 a 01/7/2011
Extraordinária		Corupá	Escrivania de Paz	27/6 a 30/6/2011
Extraordinária	Joinville	Joinville	2o Registro de Imóveis	28/2 a 04/3/2011
Extraordinária		Joinville	3o Registro de Imóveis	28/2 a 03/3/2011
Retorno		Boa Vista	Escrivania de Paz	28 a 30/9/2011
Extraordinária	Lages	Lages	2o Tabelionato de Notas ⁹	16 a 18/11/2011
Extraordinária	Otacílio Costa	Otacílio Costa	Registro de Imóveis	13 a 17/6/2011
Extraordinária		Otacílio Costa	Escrivania de Paz	13 a 17/6/2011
Extraordinária	Rio do Sul	Rio do Sul	Registro Civil PNPJTD	11 a 15/7/2011
Extraordinária		Rio do Sul	3o Tabelionato de Notas	11 a 15/7/2011
Extraordinária	Santa Cecília	Santa Cecília	Registro de Imóveis	28 a 31/3/2011
Extraordinária		Santa Cecília	Registro Civil PNPJTD	28 a 31/3/2011
Extraordinária		Santa Cecília	Tabelionato de Notas	28 a 31/3/2011
Vistoria		Timbó Grande	Escrivania de Paz	30/3/2011
Extraordinária	São Joaquim	São Joaquim	Registro de Imóveis ¹⁰	16 a 19/5/2011
Extraordinária		São Joaquim	Tabelionato de Notas	16 a 19/5/2011
Vistoria	São José	São José	Registro de Imóveis	09 a 10/2/2011
Vistoria		São José	Tabelionato de Notas	11/2/2011
Vistoria	Sombrio	Sombrio	Registro de Imóveis	21 a 25/3/2011
Retorno		Sombrio	Tabelionato de Notas	21 a 25/3/2011
Constatação	Taió	Mirim Doce	Escrivania de Paz	08/2/2011
Extraordinária	Tijucas	Tijucas	Registro de Imóveis	22 a 26/8/2011
Extraordinária		Tijucas	Tabelionato de Notas	22 a 26/8/2011

⁹ O 2º Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Lages em razão do afastamento da Titular, encontra-se sob intervenção desde o ano de 2006. Aguardando o julgamento de recurso de decisão nos autos nº. 2007.010183-9, em trâmite no Órgão Especial do TJSC;

¹⁰ No curso da semana de trabalho, por determinação do Vice-Corregedor-Geral da Justiça, Des. Cesar Abreu, a equipe correicional participou de uma reunião realizada na Câmara Municipal de São Joaquim, onde estavam presentes autoridades locais, o Presidente da Fatma, a Secretária do Desenvolvimento Regional e público em geral. O assessor correicional Carlos Augusto Marques explanou sobre o Termo de Cooperação Técnica e Reserva Legal;

Verificação	Timbó	Doutor Pedrinho	Escrivanias de Paz	14 a 15/3/2011
Extraordinária	Tubarão	Tubarão	1o Registro de Imóveis	09 a 13/5/2011
Extraordinária		Tubarão	Registro Civil PNPJTD	08 a 12/8/2011
Extraordinária		Tubarão	2o Tabelionato de Notas	09 a 13/5/2011
Extraordinária	Urubici	Urubici	Registro de Imóveis	21 a 25/2/2011
Extraordinária		Urubici	Tabelionato de Notas	21 a 25/2/2011
Extraordinária	Videira	Videira	Registro Civil PNPJTD	23 a 26/5/2011
Constatação		Iomerê	Escrivanias de Paz	23 a 26/5/2011

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Totalizador por tipo de Atividade desenvolvida pela Equipe do Setor II do Núcleo IV da CGJ:

Atividade	Quantidade
Inspeções Extraordinárias.	55
Transmissão de acervo	03
Instrução	02
Retorno	02
Vistoria	03
Constatação	03
Verificação	01
TOTAL	68

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Totalizador por semestre das Atividades Correicionais do Setor II do Núcleo IV da CGJ:

Atividade	1o Semestre	2o Semestre	Subtotal
Transmissões de acervo	01	02	03

Inspeções, vistorias, etc.	38	27	65
TOTAL	39	29	68

Fonte: CGJ – Núcleo IV

- Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

Processo	Assunto	Situação	Norma-Orientação (Tipo e número)
CGJ 1083/2010	Consulta sobre a informatização de cartório. Procedimentos com matrícula.	Concluído	
CGJ 1142/2010	Averbações de reconhecimento de RPPNE. Averbação da RL. Compensação da RL.	Concluído	Ofício-Circular n. 46, de 17/03/2011
CGJ 1148/2010	Estudo para permitir aos tabelionatos de protestos o fornecimento de xerox às partes indicadas como devedoras.	Concluído	Provimento n. 3, publicado no DJ no dia 30/03/2011.
CGJ 1228/2010	Consulta sobre protesto da taxa condominial e seu procedimento. Interpretação da LC estadual n. 477/2009.	Concluído	Ofício-Circular n. 153, de 30/06/2011.
CGJ 1343/2010	Lavratura de escritura pública de inventário, partilha, separação e divórcio no tabelionato de notas. Constituição de advogado e partilha de bens.	Concluído	Provimento n. 10, de 23/05/2011 - Ofício-Circular n. 88, de 15/04/2011
CGJ 0072/2011	Estudo acerca da criação de 4 (quatro) cargos de assessor correicional para atuação na esfera extrajudicial.	Em andamento.	
Alias Setorial 002.658:	Análise da viabilidade de convênio entre a Academia Judicial, a CGJ e as Serventias para cursos de aperfeiçoamento.	Concluído: S@E.	
CGJ 0194/2011	Estudo para criar ou promover adequações normativas para conceder aos Juizes-Corregedores as mesmas competências, atribuições e prerrogativas dos juizes diretores do foro nas questões disciplinares que envolvam delegatários dos serviços extrajudiciais.	Em andamento: dia 8/8/2011 - envio ao Setor I com o Projeto de Lei.	
CGJ 0509/2010	Consulta. Validade da utilização da CNH para fins de abertura de ficha de assinaturas nos tabelionatos.	Concluído	Provimento n. 9, publicado no DJ no dia 14/06/2011.
CGJ 1154/2010	Procedimentos afetos a investigação de paternidade. CNJ..	Concluído	Ofício-Circular n. 028/2010
CGJ 1414/2009	Advogado formula consulta quanto à possibilidade de uso de documento digitalmente certificado em processos judiciais, bem como acerca da custódia dos originais.	Concluído	
CGJ 0990/2009	Consulta formulada ao FRJ, métodos adotados pela auditoria interna em relação ao prazo para o recolhimento do FRJ nos escritórios de protestos de títulos de SC.	Concluído	

0011465-26.2011.8.24.0600	Forma de realização do ato e da cobrança dos emolumentos quando necessário atualizar mais de um dado na matrícula do imóvel.	Em andamento.	
600.11.010496-4	Registro de imóveis. Devolução de mandados judiciais sem o devido cumprimento.	Concluído	
600.11.010477-8	Resolução n. 120 do CNJ, que alterou os dispositivos da Resolução n. 35 do CNJ.	Concluído	
0010935-22.2011.8.24.0600	Golpe protesto.	Concluído	Ofício-Circular n. 236, de 20/10/2011.
0010811-39.2011.8.24.0600	Sugestão de reformulação do artigo 968 do Código de Normas - praça de pagamento de título levado a protesto / retirar "na sua falta".	Concluído	
0011088-55.2011.8.24.0600	Sugestão de reformulação do artigo 645 do Código de Normas - Lei n. 6.015 não prevê autorização judicial para registro tardio de óbito.	Em andamento.	
430252-2011.4	Solicitação de fechamento da escritania de paz de Nova Cultura, comarca de Papanduva.	Em andamento.	
600.11.010609-6	Notificação Extrajudicial/Princípio da Territorialidade.	Concluído	
0010936-07.2011.8.24.0600	Cédula de Crédito Rural e Prazo.	Concluído	Ofício Circular n. 182/2011.
0010807-02.2011.8.24.0600	Escritura Pública de Bem Imóvel Público.	Concluído	Ofício Circular n. 220/2011.
0011034-89.2011.8.24-0600	Cédula de Crédito Rural e Garantia.	Concluído	Ofício Circular n. 230/2011.
0010858-13.2011.8.24-0600	Autenticação no Verso do Documento.	Concluído	Ofício Circular n. 253/2011.
0011841-12.2011.8.24.0600	0011841-12.2011.8.24.0600: Cobrança de Ato Retificatório.	Em andamento.	
0011835-05.2011.8.24.0600	Termo Aditivo ao Convênio n. 01/2009 TJSC e TRE.	Concluído	
CGJ 0704/2010	Orientação sobre a atuação de perito judicial nas serventias notariais e de registro na hipótese de o acervo não ser objeto direto da prova técnica.	Concluído.	Circular n. 7, de 6-5-2011
CGJ 1161/2010.	Intervenção de advogado de núcleo de prática jurídica dos cursos de direito nas lavraturas de escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio, e, acrescenta o § 6º ao art. 8º, que trata da vedação de emitir certidão ao advogado representante de núcleo de prática jurídica.	Concluído	Provimento n. 35, de 16-12-2010.
Alias 000.001.2011.	Revisão da Circular n. 1/2007 em função dos termos do Provimento n. 1/2010.	Em andamento.	
CGJ-E 1114/2010.	Verificação da capacidade civil dos comparecentes pelo tabelião de notas e a exigência de certidão civil para prática de ato notarial e de registro.	Concluído.	Provimento n. 22, de 22-11-2011.
CGJ-E 1146/2010.	Reajuste das ajudas de custo das serventias.	Em andamento.	

CGJ-E 1197/2010.	Solicita revogação dos arts. 7º e 8º do Provimento n. 19/2010, que estabelece teto remuneratório para interinos dos serviços notariais e de registro, baseado em suspensão liminar do STF.	Em andamento.	
CGJ-E 0157/2011	Estudo sobre a competência para instruir e homologar processos de prestação de constas de interventores.	Em andamento.	
Comunicação Interna n. 20, de 25-11-2011	Estudo sobre o art. 522-A do Código de Normas.	Em andamento.	
0010333-21.2011.8.24.0600.	Estudo sobre parcelamento do solo urbano e rural.	Em andamento.	
0010375-80.2011.8.24.0600.	Estudo sobre aplicação do art. 237-A da Lei n. 6.015/1973.	Em andamento.	
0010639-97.2011.8.24.0600.	Especificação parcial de unidades autônomas.	Em andamento.	
0010775-94.2011.8.24.0600	Orientação sobre o procedimento de averbação premonitória, prevista no art. 615-A do CPC.	Concluído	Ofício Circular n. 183, de 2-9-2011.
0010869-42.2011.8.24.0600	Estudo sobre questões pontuais envolvendo os serviços notariais e registro.	Em andamento.	
0011088-55.2011.8.24.0600	Estudo sobre o registro/averbação do pacto antenupcial dos alienantes antes do registro da compra e venda.	Em andamento.	
0011600-38.2011.8.24.0600	Estudo para regulamentar a anotação de informações funcionais no cadastro das serventias extrajudiciais mantido pelo Selo de Fiscalização.	Em andamento.	
0011639-35.2011.8.24.0600	Estudo sobre a extinção de serviço notarial e registral.	Em andamento	
0011998-82.2011.8.24.0600	Estudo sobre a aplicação do art. 237-A da Lei n. 6.015/1973.	Em andamento.	
0012112-21.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Em andamento.	
0010298-71.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Em andamento.	
CGJ-E 0844/2009	Procuração. Revogação. Comunicação entre cartórios.	Em andamento	
CGJ-E 0860/2009	Lavratura de Escritura. Procuração Pública. Recusa de confirmação por parte de Tabelionato de outro Estado (RS).	Apenso ao CGJ-E 0844/2009.	
CGJ-E 1482/2009	Código de Normas. Obrigatoriedade da Confirmação de instrumentos provenientes de outros Estados.	Apenso ao CGJ-E 0844/2009.	
CGJ-E 0836/2010	Solicita criação de juizado de paz e cartório de registro civil no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, Município de Nova Veneza.	Concluído.	
CGJ-E 1055/2010	Provimento n. 13 da Corregedoria Nacional de Justiça. Emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. Edição de provimento e ofício-circular. Alteração do art. 594 do	Concluído.	Provimento n. 13/2011.

	Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.		
CGJ-E 1067/2010:	Requerimento para instalação de posto avançado de registro civil das pessoas naturais. Provimento n. 13 da Corregedoria Nacional de Justiça.	Concluído.	
CGJ-E 1320/2010:	Pedido de providências visando a recuperação de receitas dos escritórios de registro civil, títulos e documentos, e pessoas naturais e jurídicas.	Em andamento.	
CGJ-E 0041/2011	Implementação do novo modelo de certidão de nascimento. Expedição de Ofício-Circular aos oficiais do registro civil e aos escrivães de paz das comarcas do Estado de SC.	Concluído.	Ofício-Circular n. 15/2011.
CGJ-E 0126/2011	Estudo sobre a lavratura de escritura pública de união estável.	Concluído.	Provimento n. 17/2011.
0010273-58.2011.8.24.0600	Regulamentação da função de juiz de paz (art. 98, inciso II, da CF). Recomendação n. 16/2008 do CNJ. Incompatibilidade do art. 675-B do CNGJ. Revogação.	Concluído.	Provimento n. 20/2011.
0010776-79.2011.8.24.0600	Necessidade de autenticação de cópias de documentos que aparelhem expedientes judiciais dirigidos aos notários e registradores. Edição de norma técnica. Atribuição do Núcleo II da Corregedoria-Geral da Justiça. Encaminhamento dos autos.	Concluído.	
0011228-89.2011.8.24.0600	Regulamentação dos pedidos de certidão via telefone, fac-símile ou correio eletrônico.	Em andamento.	
0011472-18.2011.8.24.0600	Estudo acerca da utilização de CNPJ para abertura de conta ou utilização de serviços bancários pelas serventias.	Concluído.	Circular n. 17/2011.
0011685-24.2011.8.24.0600	Estudo a respeito da viabilidade da inclusão, no art. 771 do CNGJ, da Cédula de Crédito Bancário.	Concluído.	Provimento n. 16/2011.
2011.900040-1	Pedido de providências acerca da circunscrição da Escrivania de Paz do Distrito de anta Gorda, comarca de Videira.	Em andamento.	
0010122-92.2011.8.24.0600	Implantação da Central de Protestos. Vinculado ao processo CGJ 0213/2009. Projeto que conta com diversos envolvidos, como Febraban, Instituto de Protesto, fato que acaba por procrastinar o feito.	Em fase final de implantação.	
0010071-81.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Em andamento.	
0010365-36.2011.8.24.0600	Comunicado à Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná para que oriente as serventias notariais e de registro daquele Estado a recepcionar com a devida validade mandados judiciais oriundos de escritórios judiciais	Concluído.	

	catarinenses com assinatura digital. Elaboração de parecer.		
0010415-62.2011.8.24.0600	Dúvida a respeito de autenticação de documento impresso com assinatura digital e nota fiscal eletrônica. Processo que se destina a elaboração de ofício-circular aos tabeliães de notas para uniformização do procedimento.	Em elaboração.	
0010627-83.2011.8.24.0600	Informa a contratação de sistema informatizado de automação. Arquivamento.	Concluído.	
0010686-71.2011.8.24.0600	Comunica Provimento n. 186/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Amazonas a respeito de procedimento para comunicação de indisponibilidade de bens – remessa de comunicação diretamente do juízo para serventias de registro imobiliário. Confecção de comunicado e estudo de providência semelhante em Santa Catarina. Aguardando entrada em operação do Sistema Hermes.	Em andamento.	
0011192-47.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Em elaboração.	
0011473-03.2011.8.24.0600	Comunica adiamento da implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Arquivamento.	
0011730-28.2011.8.24.0600	Estudo acerca do Livro de Protocolo de Escrituras, para futura edição de provimento com o objetivo de aclarar a redação.	Em elaboração.	
0011569-18.2011.8.24.0600	Pedido de fornecimento de kit de informática para serventia definitiva.	Em análise.	
0012220-50.2011.8.24.0600	Estudo sobre o Projeto de Lei n. 0326.9/2011-ALESC a respeito da criação de estrutura para idosos e deficientes em serventias extrajudiciais em Santa Catarina.	Em elaboração.	
CGJ-E 0260/2009	Cria a Comissão de Estudos para Implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Projeto em fase final de implantação, já tendo atingido 90% do Estado.	
CGJ-E 0397/2009	Comunica arrombamento de cartório e suspensão de expediente para apuração do fato por autoridade policial. Furto de selos de fiscalização em cartórios. Fase final de conclusão com a resposta das serventias a respeito do sistema de segurança.	Arquivamento.	
CGJ-E 0101/2009	Solicita ressarcimento de registros – cadastro irregular.	Em elaboração.	
CGJ 0445/2009	Penhora online – registro de imóveis. Processo que aguarda a implantação do Selo Digital para desenvolvimento de tecnologia apta a elaborar uma central de Registro Imobiliário que integre esta funcionalidade.	Em elaboração.	
CGJ-E 1113/2010	Solicita firmar termo de cooperação técnica entre TJ/RO e TJ/SC para disponibilizar sistema de gerenciamento de selo de fiscalização. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado	Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado posterior	

	para posterior atendimento do pleito.	atendimento do pleito.	
CGJ-E 1162/2010	Requer suspensão provisória do Provimento n. 36/2009 e edição de provimento específico para implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Vinculado ao processo CGJ-E 0260/2009.	
CGJ-E 0196/2011	III Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina.	Concluído.	

Fonte: CGJ – Núcleo IV

3.4.3. Projeto do Selo Digital

O Projeto do Selo Digital foi iniciado no ano de 2009 e tem por objetivo, por meio da substituição do atual selo físico por um totalmente eletrônico, garantir a segurança, a publicidade e a transparência dos atos, a padronização dos atos e das informações oriundas das serventias extrajudiciais, a redução do número de fraudes e de extravio/furto de selos e a melhoria da atividade fiscalizatória/orientadora do Poder Judiciário.

Por meio da nova sistemática, o Tribunal de Justiça irá fornecer os selos eletronicamente para as serventias extrajudiciais, por meio do procedimento de compra já existente e com o auxílio do próprio sistema informatizado de automação nelas utilizado e, na medida em que os atos forem sendo praticados, as suas informações serão remetidas aos servidores informatizados do Poder Judiciário para que, por meio do número do Selo Digital, juntamente com o validador, seja possível verificar na internet a validade do selo e das informações constantes dos atos. A troca de informações entre as serventias extrajudiciais e o Poder Judiciário se dará por meio de WebServices e arquivos XML, desenvolvidos pela equipe técnica do TJSC e por membros da Corregedoria-Geral da Justiça, reunidos na Comissão de Implantação do Selo Digital de Fiscalização, para cada ato especificamente.

3.4.3.1. Atividades do Projeto do Selo Digital

Durante os anos de 2010 e 2011, o Projeto contou com as seguintes modificações/atividades

- Mapeamento e desenvolvimento dos modelos de todos os atos dos Ofícios de Protesto, Tabelionatos de Notas, Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos e Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais;
- Lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais por meio de acesso autenticado;
- Lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios de Protesto;
- Lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Tabelionatos de Notas;
- Lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro Civil;
- Lançamento da versão 0.9 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.9.1 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação;
- Lançamento da versão 0.9.2 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação e lançamento da primeira versão do Portal de Consulta Pública do Selo Digital;
- Lançamento da versão 0.9.3 do Websevice do Selo Digital: publicação da última versão dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação antes do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 0.9.4 do Webservice do Selo Digital: publicação da versão consolidada dos atos do Selo Digital para realização do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 1.0 do Webservice do Selo Digital: após a realização do Projeto Piloto, foi divulgada a versão em operação do Selo Digital de Fiscalização, para utilização de modo oficial no Estado.
- Realização dos Projetos-Piloto do Selo Digital

- Capital: 1º, 2º e 3º Ofícios do Registro de Imóveis, 2º Tabelionato de Notas e 1º de Protestos e Escrivania de Paz de Santo Antônio de Lisboa;
 - Araranguá: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
 - Blumenau: 1º e 3º Tabelionatos de Notas e Protestos;
 - Jaraguá do Sul: Escrivania de Paz de Corupá;
 - Gaspar: Registro Civil;
 - Indaial: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
 - Joaçaba: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
 - Joinville: Registro Civil;
 - Porto Belo: Registro de Imóveis e Civil;
- Divulgação dos padrões da leitura biométrica nos Tabelionatos de Notas e do Selo Digital;
 - Realização do 2º Censo de Informatização do Extrajudicial;
 - Divulgação e atualização do FAQ do Selo Digital (Perguntas mais frequentes);
 - Lançamento do Portal do Selo Digital, com layout definido em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, no qual estão inseridos o mecanismo de consulta dos atos do Selo Digital, as orientações, documentos oficiais, padrões técnicos e o FAQ – Perguntas Frenquente, em sua última versão;
 - Elaboração do manual do Selo Digital de Fiscalização, disponível no Portal do Selo Digital;
 - Confecção dos cartazes do Selo Digital com a efetiva remessa às comarcas e aos serviços notariais e de registro do Estado;
 - Participação no Encontro da Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina, realizado no dia 18 de junho em Balneário Camboriú, ocasião em que foi apresentado o modelo do Selo Digital de Fiscalização;
 - Participação no 2º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado no dia 5-11-2010, onde foi ministrada palestra sobre o andamento do Projeto do Selo Digital;
 - Participação no 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado nos dias 10-11-2011, onde foi ministrada palestra sobre a implantação do Projeto do Selo Digital;
 - Implantação do Selo Digital nas seguintes regiões:
 - Grande Florianópolis: 29/06/2011;

- Planalto Norte: 20/07/2011;
- Litoral Norte: 09/08/2011;
- Vale do Itajaí: 20/09/2011;
- Foz do Rio Itajaí: 04/10/2011;
- Litoral Sul: 26/10/2011;
- Planalto Sul: 17/11/2011;
- Vale do Rio do Peixe: 08/12/2011;
- Extremo Oeste: 09/12/2011;

Data limite para utilização do Selo Digital: 25-01-2012.

- Realização de 52 reuniões formais e troca de cerca de 4 mil e-mails pela Comissão de Implantação do Selo Digital;
- Recepção, na sede da Corregedoria-Geral da Justiça, das delegações dos Tribunais de Justiça da Bahia, do Acre e do Ceará, e realizadas videoconferências com os Tribunais de Justiça do Piauí e do Ceará;
- Entrega da primeira etapa do sistema de auditoria do Selo Digital 28-11-2011;
- Previsão de entrega da segunda etapa do sistema de auditoria do Selo Digital 12-12-2011;
- Lavratura de 5 milhões de atos notariais e de registro com o emprego do Selo Digital de Fiscalização desde a implantação (29/06/2011).

3.4.3.2. Documentos publicados no Projeto do Selo Digital

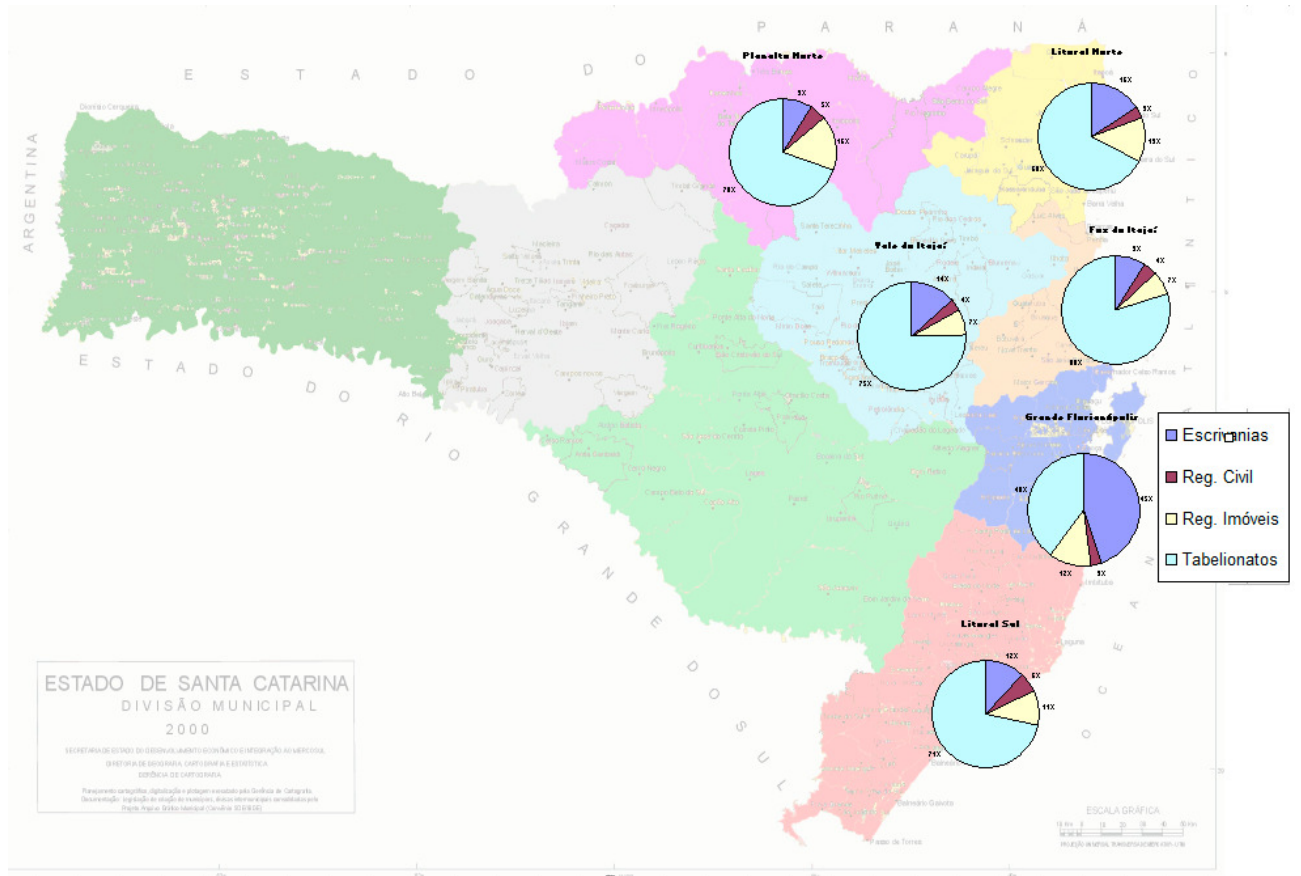
- Provimento n. 36/2009 - Informatização das serventias;
- Provimento n. 02/2010 – Dispõe sobre a informatização das serventias consideradas vagas após o encerramento do concurso do Edital n. 84/2007;
- Circular n. 23/2010 – Lança o Censo de Informatização, com prazo máximo de resposta em 10 dias a partir do dia 14/06/2010;
- Ofício Circular n. 1/2010 – lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 16/2010 – lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 24/2010 – lista das empresas cadastradas para testes com a versão 0.5;

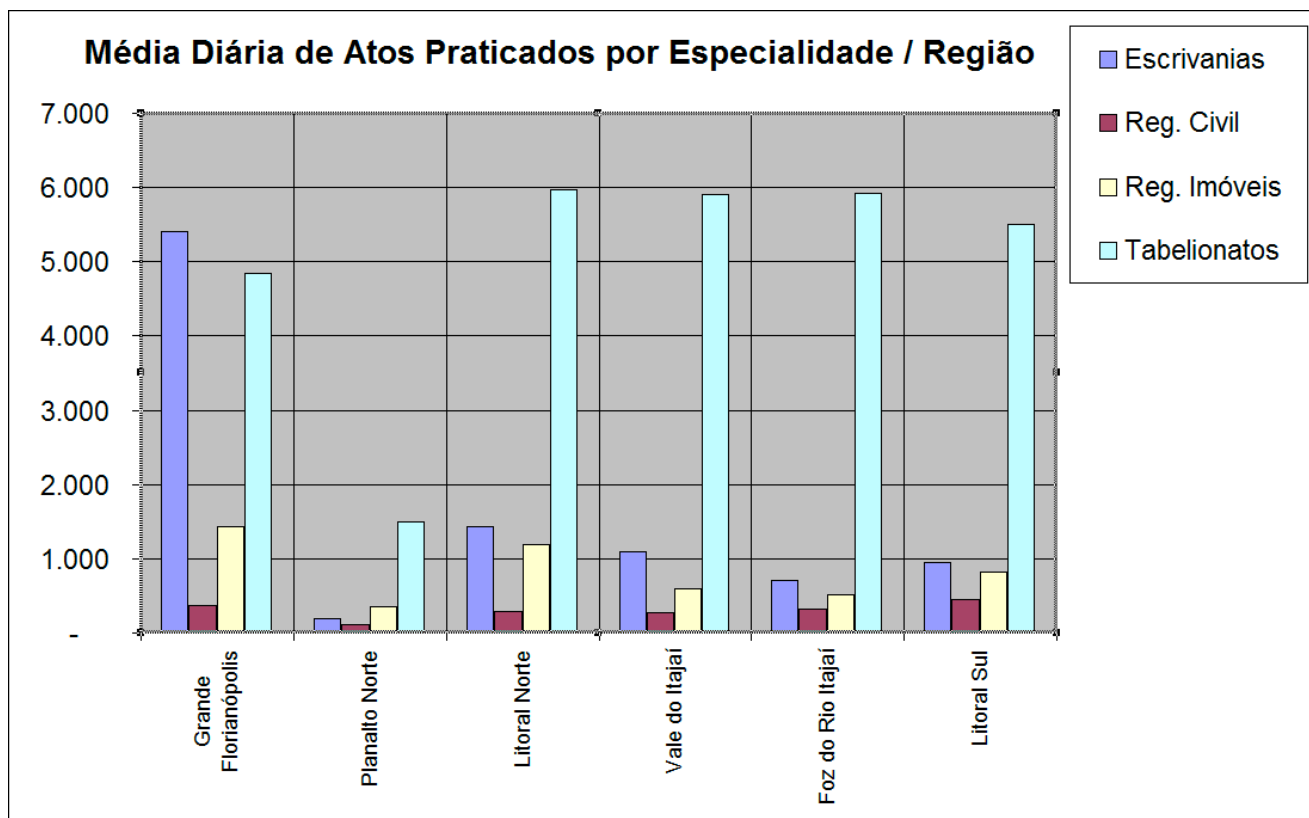
- Ofício Circular n. 38/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já se encontram em fase de adaptação dos seus sistemas para operação com o Selo Digital;
- Ofício Circular n. 56/2010 – lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 57/2010 – dispõe sobre as características do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 69/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já adaptaram os seus sistemas para a versão 0.6 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 70/2010 – lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 81/2010 – orienta os senhores serventuários para realizarem a compra normal de selos até a entrada em vigor do selo digital;
- Ofício Circular n. 85/2010 – lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 103/2010 - fim do prazo do Censo de Informatização II;
- Ofício Circular n. 104/2010 - lançamento da versão 0.9 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 132/2010 - lançamento da versão 0.9.1 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 145/2010 - lançamento da versão 0.9.2 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 160/2010 - lançamento da versão 0.9.3 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 214/2010 - lançamento da versão 0.9.4 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 17/2011 - Padrão mínimo para etiquetas;
- Ofício Circular n. 29/2011 - Novo Padrão do Selo Digital;
- Provimento n. 08/2011 – Regulamento do Selo Digital – Normas administrativas;
- Circular n. 09/2011 – Lançamento do Selo Digital de Fiscalização;
- Circular n. 11/2011 - torna facultivos os campos do solicitante e do tipo de documento nos atos de autenticação;
- Circular n. 24/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular n. 26/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular n. 31/2011 - Trata das datas para compra do selo físico e digital antes do período de recesso;

- Ofício Circular n. 119/2011 - Divulga novo endereço de consulta do Selo Digital (selo.tjsc.jus.br);
- Ofício Circular n. 115/2011 - data da compra de selos digitais na região da Grande Florianópolis;
- Ofício Circular n. 135/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Grande Florianópolis;
- Ofício Circular n. 140/2011 - data da compra de selos digitais na região do Planalto Norte;
- Ofício Circular n. 142/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Planalto Norte;
- Ofício Circular n. 150/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular n. 151/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular n. 169/2011 - data da compra de selos digitais na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular n. 170/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular n. 201/2011 - data da compra de selos digitais na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular n. 202/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular n. 234/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular n. 235/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular n. 254/2011 - data da compra de selos digitais nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;
- Ofício Circular n. 255/2011 - regras para entrega dos selos físicos nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;
- Ofício Circular n. 277/2011 - data da compra de selos digitais na região do Extremo Oeste;
- Ofício Circular n. 278/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Extremo Oeste;

3.4.3.3. Gráficos relativos à utilização do selo digital de fiscalização

Fonte: Comissão de Implantação do Selo Digital





3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento, ajuda de custo e cadastro das serventias

1. Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2011, com a receita obtida por meio da venda dos Selos de Fiscalização (Tabela 1, abaixo);

TABELA 1 – AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR R\$
Janeiro	308.256,00
Fevereiro(1)	305.448,00
Março(2)	345.907,10
Abril	318.789,50
Maiο	318.789,50
Junho	318.789,50
Julho	318.789,50
Agosto	318.789,50
Setembro(3)	318.572,20
Outubro	318.572,20
Novembro	318.572,20
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	3.509.275,20

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) Valor que corresponde ao somatório de R\$ 304.304,00 (relativo à ajuda de custo referente ao mês de fevereiro de 2011) e R\$ 1.144,00 (referente ao adiantamento do benefício da ajuda de custo do mês de fevereiro de 2011 à Escrivania de Paz do Município de Mirim Doce, conforme o despacho do Excelentíssimo Senhor Desembargador Solon d'Eça Neves, Corregedor-Geral da Justiça, proferido nos autos de n. 402801-2011.5).

(2) Valor que corresponde ao somatório de R\$ 318.789,50 (relativo à ajuda de custo referente ao mês de março de 2011) e R\$ 27.117,60 (referente à diferença do valor da ajuda de custo reajustada no mês de março, com efeitos retroativos a janeiro). De mencionar ainda que a Escrivania de Paz do município e comarca de Meleiro restou excluída da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I) em razão do seu desmembramento, tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE nº 175/1998.

(3) A Escrivania de Paz do município e comarca de Otacílio Costa restou excluída da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I) em razão do seu desmembramento, tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE nº 175/1998.

2. Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2011 do correspondente a: R\$ 1.194,80 (mil cento e noventa e quatro reais e oitenta centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R\$ 977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R\$ 760,30 (setecentos e sessenta reais e trinta centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;

3 Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2011 (Tabela 2);

TABELA 2 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS

MÊS	VALOR R\$
Janeiro (1)	569.337,51
Fevereiro (2)	565.522,85
Março (3)	602.462,28
Abril (4)	655.019,38
Mai (5)	654.136,22
Junho (6)	731.500,20
Julho (7)	659.576,55
Agosto (8)	994.725,11
Setembro (9)	744.531,96
Outubro (10)	693.483,27
Novembro (11)	615.538,44
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	7.485.833,77

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) Referente a 31.039 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/12/2010 e 10/1/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 16.490,52, correspondente a 632 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(2) Referente a 25.923 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/1/2011 e 10/2/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.416,14, correspondente a 661 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(3) Referente a 32.658 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/2/2011 e 10/3/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.629,40, correspondente a 889 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(4) Referente a 33.708 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/3/2011 e 10/4/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 30.208,55, correspondente a 1.088 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(5) Referente a 36.676 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/4/2011 e 10/5/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 37.433,60, correspondente a 1.389 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(6) Referente a 37.326 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/5/2011 e 10/6/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 36.539,33, correspondente a 1.459 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(7) Referente a 35.489 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/6/2011 e 10/7/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 42.987,22, correspondente a 1.442 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(8) Referente ao somatório de R\$ 860.270,52 (relativo a 41.698 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/7/2011 e 10/8/2011) e de R\$ 134.454,59, que corresponde ao total de verbas de ressarcimento cujo pagamento se deferiu nos autos dos processos de n. CGJ-E 0650/2009 (R\$ 7.904,79); n. CGJ-E 0441/2009 (R\$ 6.236,65); CGJ-E 0863/2008 (R\$ 110.921,69); CGJ-E 0820/2010 (R\$ 13,69); CGJ-E 0718/2010 (R\$ 13,69); CGJ-E 1325/2010 (R\$

13,42); CGJ-E 0543/2010 (R\$ 13,44); CGJ-E 1076/2010 (R\$13,67); CGJ-E 1170/2010 (R\$ 13,59); CGJ-E 907/2010 (R\$ 24,64); CGJ-E 134/2011 (R\$ 697,84); CGJ-E 1565/2009 (R\$ 7.950,89); CGJ-E 700/2009 (R\$ 219,87); CGJ-E 497/2010 (R\$ 264,95); CGJ-E 881/2009 (R\$ 151,77). Por fim, de informar que foi bloqueada a quantia de R\$ 16.367,33, correspondente a 1.240 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(9) Referente a 46.312 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/8/2011 e 10/9/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 156.535,91, que corresponde à soma de R\$ 85.420,36 (cujo pagamento foi suspenso em função de erros no cadastro) e R\$ 71.115,55 (cifra esta cujo pagamento está, em sua possibilidade de extensão, sendo objeto de análise nos autos do Pedido de Providência n. 0011663-63.2011.8.240600).

(10) Referente a 37.322 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/9/2011 e 10/10/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 64.994,59, correspondente a 3.262 atos, devido a imprecisões quando do cadastrado do pleito virtual de ressarcimento no sistema, bem como em razão de excepcionalidade constantes em alguns dos pedidos virtuais, que serão analisadas nos autos dos processos administrativos de n. 0012365-09.2011; n. 0012366-91.2011; 0012367-76.2011 e 0012368-61.2011.

(11) Referente a 38.758 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/10/2011 e 10/11/2011. Foi bloqueada a quantia de R\$ 7.131,75, correspondente a 1.017 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

4. Estabelecimento pelo Provimento n. 30/2010, do dia 10 de janeiro de 2011, como data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos praticados no exercício financeiro de 2010, e suspensão definitiva do ressarcimento de atos notariais tomados no mesmo exercício e não solicitados no prazo estabelecido, bem como que a partir do mês de janeiro de 2010 a solicitação de ressarcimento dos atos gratuitos passou a ser obrigatoriamente procedida, mês a mês, pelos serventuários até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao ato praticado, conforme disposição expressa no art. 9º, § 2º, da Lei Complementar Estadual n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (Tabela 2);

5. Atualização do sistema eletrônico de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias;

6. Estudo para implementação do pagamento dos demais atos praticados de forma gratuita pelas serventias, previstos em lei e não ressarcidos até a presente data;

7. O contrato entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Casa da Moeda do Brasil para a fabricação e fornecimento de selos de fiscalização teve vigência até 31 de dezembro de 2010, tendo esta entregue nesta Corregedoria, em janeiro de 2011, a quantia de 1.305.656 (um milhão, trezentos e cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis) selos de fiscalização que ainda continha em estoque;

8. O contrato vigente entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., para a fabricação e fornecimento de selos de fiscalização no exercício de 2011 era de, aproximadamente, 18.000.000, com vigência até 31 de dezembro do ano corrente.

Contudo, considerando que o atual contrato de n. 189/2010 não será prorrogado para o exercício próximo vindouro com a VALID, tendo em vista que será efetivada a implantação do selo de fiscalização digital em todo o Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Justiça, a pedido da Corregedoria, procedeu à supressão do percentual de 14,6181333% de seu objeto inicial, consoante cláusula segunda, §1º, da mesma contratação, correspondendo a 2.631,264 (dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, duzentos e sessenta e quatro) selos de fiscalização. Ressalta-se que os selos que restarem em estoque na empresa VALID serão devolvidos a esta Corregedoria no mês de janeiro de 2012;

9. Envio diário à empresa VALID dos pedidos de selos de fiscalização físicos efetuados pelas serventias a esta Corregedoria;

10. Aquisição e controle de 12.249.600 selos de fiscalização físicos para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/01/2011 e 01/12/2011 (Tabela 3);

TABELA 3 – SELOS FÍSICOS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ENTRE 01/01/2011 E 01/12/2011

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Selos Isentos 01 ato	298.224
Selos Isentos 02 atos	0
Selos Pagos 01 ato (Normal)	9.337.200
Selos Pagos 01 ato (Emergencial)	1.591.200
Selos Pagos 02 atos (Normal)	218.880
Selos Pagos 02 atos (Emergencial)	16.560
Selos Pagos 04 atos (Normal)	63.744
Selos Pagos 04 atos (Emergencial)	3.600
D.U.T. (Normal)	534.240
D.U.T. (Emergencial)	85.200
D.U.T. 02 atos (Normal)	24.336
D.U.T. 02 atos (Emergencial)	2.160
Selos Escritura com Valor (Normal)	66.624
Selos Escritura com Valor (Emergencial)	7.632

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
TOTAL	12.249.600

Fonte: CGJ – Núcleo IV

11. Aquisição e controle de 5.416.325 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/07/2011 e 01/12/2011 (Tabela 4);

TABELA 4 – SELOS DIGITAIS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ENTRE 01/07/2011 E 01-12-2011

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	4.757.430
D.U.T.	217.376
Escritura com Valor	38.761
Isento	402.758
TOTAL	5.416.325

Fonte: CGJ – Núcleo IV

12. Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais - aproximadamente 590 - relativos a endereço, e-mail, telefone, conta bancária, dados pessoais do titular, do substituto e dos funcionários, para controle e gestão do Selo de Fiscalização, Ressarcimento e Ajuda de Custo.

13. Atualização do sistema do selo gerenciado pelo setor.

14. Organização da documentação dos responsáveis pelas serventias com a sua posterior digitalização.

15. Manter atualizado no sistema do selo os sinais públicos das serventias.

16. Manter atualizado no site do Conselho Nacional de Justiça mensalmente o cadastro de serventias existentes no Estado.

17. Controlar a vacância das serventias e elaborar relatórios das serventias vagas e providas para eventuais informações ao Conselho Nacional de Justiça e à Comissão de Concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e registral.

18. Controle das transmissões do acervo em razão de vacância, de intervenção e de novas designações nas serventias.

19. Fornecimento de certidão de serventias existentes no Estado.

20. Prestação de informações aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria, referentes ao cadastro dos cartórios extrajudiciais e ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo efetivados às serventias.

21. Prestação de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral.

22. Participação da Comissão de Implantação do Selo Digital.

23. Recebimento, cadastro e estoque por este setor dos selos físicos recolhidos das serventias pelas secretarias do Foro, em razão da implantação do Selo Digital.

24. Conversão, para modalidade digital, de 2.216.208 selos de fiscalização físicos oriundos de 341 serventias extrajudiciais até a data de 30/11/2011.

25. Cancelamento da quantia de 2.470 selos digitais e devolução do mesmo montante às 48 serventias solicitantes.

26. Redisponibilização, em 55 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório.

27. Conferência de relatório mensal da fatura para pagamento da empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., bem como acompanhamento e fiscalização, relativamente ao contrato celebrados para confecção e distribuição dos Selos de Fiscalização, e vistoria realizada no depósito da empresa em São José, na data de 09/09/2011, pelo Juiz-Corregedor e Assessores Correicionais.

28. Confeção e distribuição de cartazes dispendo sobre as características de segurança dos selos de fiscalização físico e digital de atos notariais e registrais.

29. Atualização do Manual do Selo de Fiscalização dispendo sobre as características de segurança dos selos físicos.

30. Confeção do Manual eletrônico do Selo de Fiscalização Digital dispendo sobre as características dos selos digitais.

31. Destruição de selos apreendidos pela Corregedoria em correições realizadas, bem como de selos defeituosos remetidos pelas serventias.

32. Elaboração de minutas de provimentos e circulares referentes às atribuições deste setor.

33. Elaboração de Aviso dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados de todos os Estados da Federação, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

34. Atualização do banco de dados dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados no Estado de Santa Catarina, disponível para consulta na página do Extrajudicial.

35. Foram distribuídos para o setor 256 processos físicos, já tendo sido analisados 194 processos.

36. Da mesma forma, foram distribuídos para o setor no decorrer do ano 341 processos virtuais (SAJ), já tendo sido analisados 191 processos, que resultaram em 318 atos, assim distribuídos:

Mês	Minuta de Despacho	Minuta de parecer	Minuta de decisão	Informação	Ofício-Circular	Aviso	Portaria
MAI	2	3		2			
JUN	7	2		8			
JUL	24	2		21		1	
AGO	6	8		15			

SET	25	24	2	40		9	1
OUT	16	9	2	24		7	1
NOV	22	9	1	16	2	7	
DEZ	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente
Total	102	57	5	126	2	24	2

Fonte: Sistema de automação do judiciário – SAJ

37. Participação da Comissão de Implantação dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz, nos termos da Lei Complementar Estadual n. 532, de 17 de janeiro de 2011.

38. Levantamento dos dados cadastrais de todos os Juízes de Paz do Estado (titulares, suplentes e ad hoc).

39. Controle dos casamentos coletivos, aproximadamente de 857, ocorridos em todo o Estado.

40. Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Setor IV, tendo-se obtido junto ao setor de telefonia deste Tribunal os números dos últimos 3 (três) meses (setembro, outubro e novembro), no total de 1.779 ligações;

41. Consultas e requerimentos recebidos pelo Setor IV para as devidas providências, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 1º/12/2011, conforme especificações abaixo descritas:

Assunto	Quantidade
Empresa Valid	15
Ajuda de Custo	10
Alteração cadastral das serventias	718
Cadastro diversos	4
Casamento Coletivo	17
Certidões	6
Consulta – selos	100
Contas bancárias	156
Informações de dados para equipe de inspeção	10
Documentos para protocolo de processo virtual	144

Horário de atendimento ao público/interno	6
Informações sobre origem do selo de fiscalização	42
Juiz de Paz – documentos	28
Informática	50
Consulta – Ressarcimento	130
SAJ – e-mail recebidos	23
Retificação de número de selo no sistema de ressarcimento	34
Selo Digital	460
Selo Digital – Diferença Valor Boleto	40
Selo – Duplicidade – Processos	192
Selos defeituosos	3
Selos Digitais Cancelados	390
Selos Digitais Redisponibilizados	76
Selos Inutilizados, furtados e extraviados	249
Sinal Público	104
Tesouraria – Diretoria de Orçamento e Finanças	14
Lei de Utilidade Pública	119
Selos Físicos Convertidos em Digitais por Região:	
1) Extremo Oeste	2
2) Foz do Rio Itajaí	39
3) Grande Florianópolis	130
4) Litoral Norte	59
5) Litoral Sul	77
6) Planalto Norte	33
7) Planalto Sul + Vale do Rio do Peixe	58
8) Vale do Itajaí	98
Total	3.936

Fonte: CGJ – Núcleo IV

42. Respostas às consultas e requerimentos recebidos pelo Setor IV, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 1º/12/2011, conforme especificações abaixo descritas:

Assunto	Quantidade
Casamento Coletivo	17
Informações de dados para equipe de inspeção	10
Consulta – selos	54
Informações sobre origem do selo de fiscalização	42
Informática	50
Consulta – Ressarcimento	67
Selo Digital	50
Selo Digital – Diferença Valor Boleto	40
Tesouraria – Diretoria de Orçamento e Finanças	14
Total	344

3.5. Atividades da Escrivania Correicional

Na Escrivania Correicional atuaram, em 2011, os escrivães correicionais Marco Túlio de Camargo Dolberth e Perla Maria Fusinato Schappo, o assessor correicional Geraldo Della Giustina e os analistas jurídicos Cristiane Bernadete de Souza e Marco Aurélio da Silva Moser. Registre-se que a escrivã correicional Perla Maria Fusinato Schappo esteve em licença maternidade durante o período compreendido entre os meses de abril a dezembro de 2011, retornando às suas atividades no dia 05/12/2011, sendo que, neste período, a analista jurídica Cristiane a substituiu nas atividades relacionadas ao mutirão de sentenças.

As atividades da Escrivania Correicional ocorreram nos quatro núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça.

3.5.1. De orientação institucional

A Escrivania Correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso, conforme quadro detalhado a seguir:

		2011												
Resposta Consultas	a	Jan.	Fev.	Mar	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Soma
E-mail		56	49	70	68	65	81	58	65	80	55	53	38	738
Instant Messenger		8	7	4	8	6	5	3	15	4	14	9	8	91
Presencial		1	3	4	3	5	2	4	2	5	4	6	4	43
Telefone		35	61	65	57	107	66	86	117	63	83	79	98	917
Subtotal		100	120	143	136	183	154	151	199	152	156	147	148	1789
Reclamações		4	10	8	7	6	8	8	3	7	8	9	8	86
Total		104	130	151	143	189	162	159	202	159	164	156	156	1875

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

Ainda realizou a análise criteriosa de pedidos de providências, representações, sindicâncias e processos administrativos disciplinares deflagrados em face de Servidores e Juízes, com a expedição de portarias de instauração de

processos administrativos disciplinares, pareceres e despachos, conforme quadro detalhado a seguir:

2011			
Providência	Portarias de Instauração	Pareceres	Despachos
Quantidade	1	12	4

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

A Escrivania Correicional também participou de comissão de sindicância, em cooperação com a Presidência do Tribunal de Justiça, cuja designação ocorreu por meio da portaria n. 760/2011, datada de 17/08/2011, realizando toda a instrução do procedimento administrativo disciplinar n. 423985-2011.7, deslocando-se inclusive para as comarcas de Tijuca e Itapema com o objetivo de coletar provas (realização de interrogatório e oitiva de testemunhas), culminando com a apresentação de relatório conclusivo naquele procedimento.

3.5.2. De planejamento e de projetos

Em conjunto com a área técnica, a Escrivania Correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante o ano, destacam-se:

- Proposição e análise de minuta de atos normativos;
- Sugestão de ordem e cronograma de inspeções correicionais nos foros judiciais;
- Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG e SAJ/CTD – Sistema de Gerenciamento de Certidões) com participação em reuniões de validação.

Vale destacar ainda, a participação dos Escrivães Geraldo Della Giustina e Marco Tulio de Camargo Dolberth (ambos da Escrivania Correicional) no grupo de trabalho formado na Corregedoria-Geral da Justiça, na gestão do Desembargador Solon d'Eça Neves, com o objetivo de desenvolvimento de

configuração e implantação do Sistema de Automação da Justiça – SAJ 5 na Corregedoria-Geral da Justiça, cujo sistema é direcionado aos atos, rotinas e fluxo de trabalho dos procedimentos administrativos, e que permite a tramitação integral dos feitos da CGJ em meio eletrônico.

3.5.3. De inspeção correicional e instrução disciplinar

As inspeções correicionais fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários.

Sua realização não significa a existência de irregularidades. Durante os trabalhos, a Escrivania Correicional capta informações sobre a realidade do foro judicial e do andamento processual nas unidades judiciárias da comarca. Além dos cartórios judiciais, também setores administrativos foram objeto de inspeção: Central de Portaria e Comunicação, Central de Mandados, Contadoria, Distribuição, Oficialato da Infância e da Juventude, Oficialato de Justiça, Secretaria do Foro e Serviço Social.

Erros, inconsistências ou eventuais irregularidades são registradas em relatório e servem como paradigma para outras unidades. Os servidores recebem orientações de como proceder corretamente. O trabalho é feito por amostragem nos processos em andamento, conforme a competência da unidade (cível, criminal, família, infância e juventude, fazenda, juizado especial, etc.).

Além do andamento processual, são verificados problemas de infraestrutura que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades. As questões analisadas nas correições são repassadas às respectivas áreas envolvidas do Judiciário Estadual, requisitando a solução dos problemas encontrados.

Resumidamente, a Escrivania Correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorária;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos processuais;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;

- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

A Escrivania Correicional acompanhou os Juizes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

INSPEÇÃO PRESENCIAL		
Ordem	Comarca/Vara	Período
1	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Cíveis	23 a 27 de maio
2	Criciúma – 3ª Vara Cível e Juizado Especial Cível	30/5 a 3 de junho
3	Ibirama – 1ª e 2ª Varas Cíveis	4 a 8 de julho
4	Itajaí – Vara da Família e Vara da Infância, Juventude e Anexos	26 a 30 de setembro

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

INSPEÇÃO VIRTUAL/LOCAL		
Ordem	Comarca/Vara	Período
1	Descanso – Vara Única	26 de julho
2	Mondaí – Vara Única	27 de julho
3	Itapiranga – Vara Única	28 de julho
4	São Carlos – Vara Única	02 de agosto
5	Palmitos – Vara Única	03 de agosto
6	Cunha Porã – Vara Única	04 de agosto
7	Campo Erê – Vara Única	09 de agosto
8	São Domingos – Vara Única	10 de agosto
9	São Lourenço do Oeste – Vara Única	11 de agosto
10	Ipumirim – Vara Única	16 de agosto
11	Itá – Vara Única	17 de agosto
12	Seara – Vara Única	18 de agosto
13	Herval d'Oeste – Vara Única	30 de agosto
14	Tangará – Vara Única	31 de agosto
15	Catanduvas – Vara Única	01 de setembro
16	Itaiópolis – Vara Única	13 de setembro
17	Papanduva – Vara Única	14 de setembro
18	Lebon Regis – Vara Única	15 de setembro
19	Armazém – Vara Única	03 de outubro
20	Lauro Muller – Vara Única	04 de outubro
21	Jaguaruna – Vara Única	05 de outubro
22	Capivari de Baixo – Vara Única	06 de outubro
23	Forquilha – Vara Única	17 de outubro
24	Santa Rosa do Sul – Vara Única	18 de outubro
25	Turvo – Vara Única	19 de outubro
26	Meleiro – Vara Única	20 de outubro
27	Anita Garibaldi – Vara Única	07 de novembro
28	Campo Belo do Sul – Vara Única	08 de novembro
29	Correia Pinto – Vara Única	09 de novembro
30	Otacílio Costa – Vara Única	10 de novembro
31	Araquari – Vara Única	22 de novembro
32	Itapoá – Vara Única	23 de novembro
33	Garuva – Vara Única	24 de novembro
34	Rio do Campo – Vara Única	06 de dezembro
35	Taió – Vara Única	07 de dezembro

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

No plano da instrução disciplinar, a Escrivania Correicional acompanhou os Juízes-Corregedores dos Núcleos I e III nas atividades externas do órgão, promovendo a coleta de provas e realização de audiências em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares.

3.5.4. De revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Em virtude de diversas modificações da legislação processual, a Escrivania Correicional atuou na alteração e modernização do Código de Normas, com a proposição e análise de minuta de atos normativos e na difusão de orientações sobre padronização de procedimentos.

3.5.5. Apresentações, palestras e cursos

A Escrivania Correicional também teve a oportunidade de participar, em 2011, de eventos instrucionais como palestrante com ênfase na gestão de pessoas e de processos.

Exemplo disto, foi o curso de formação de instrutores para implementação da meta 5 do CNJ, realizado pela Academia Judicial, no período de 2 a 6 de maio de 2011, com carga horária de 40 horas-aula, cujo conteúdo programático abordado foi sobre a Corregedoria-Geral da Justiça, Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, Orientações da CGJ, SAJ-Estatística e Programa Inspeção Virtual.

Ainda durante o ano de 2011, a Escrivania Correicional participou de atualização na área de processo administrativo relativa ao curso prático de processo administrativo genérico, promovido pela Consultre – Consultoria de Treinamento Ltda, realizado em Brasília – DF, no período de 17 a 18 de maio, com carga horária de 16 horas-aula.

3.5.6. Do mutirão de sentenças

A atividade da Escrivania Correicional no Mutirão de Sentenças de 2011 foi de secretariar o Corregedor-Geral da Justiça e o Juiz-Corregedor Vitoraldo Bridi, especificamente no controle das unidades e juízes participantes do Mutirão de Sentenças e do deslocamento do acervo de processos, com a anotação do número dos lotes de cargas do SAJ/PG.

Coube à Escrivania Correicional, ainda, a verificação e análise da situação das unidades referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores quando necessário, e a organização de documentos referentes ao pagamento de gratificação.

4. COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ¹¹

Ato de criação: Resolução n. 4/2010-TJ¹²

Coordenador: Juiz Alexandre Karazawa Takaschima

Secretário: Antônio Julião da Silva

4.1. Quadro de pessoal

4.1.2. Núcleo Operacional da Execução Penal

Servidores: Adriana Kátia Ternes Moresco (assistente social), Cibeline Piazza, Fernando Tubs, Maria da Graça Vieira da Silva, Rafael Silva Rodrigues, Thânia Mara Luz e Wânia Kamieski.

Grupo Operacional de Execução Penal: Juízes Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt, Denise Helena Schild de Oliveira, Flávio Luís Dell'Antônio, Geraldo Corrêa Bastos, Humberto Goulart da Silveira, Joarez Rusch, Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, Marcelo Carlin e Maycon Rangel Favareto.

4.1.3. Núcleo Operacional da Infância e Juventude

Servidores: Mery Ann das Graças Furtado e Silva (secretária), Cristine Tuon Sposito, Eliedite Mattos Ávila e Lilian da Silva Domingues.

Grupo Operacional da Infância e Juventude: Juízes Álvaro Pereira de Andrade, Ana Cristina Borba Alves, Ana Paula Amaro da Silveira, Brigitte Remor de Souza May, Carlos Roberto da Silva, Edison Zimmer, Ermínio Amarildo Darold, Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Giancarlo Bremer Nones, Luiz Neri de Souza, Rodrigo Pereira Antunes, Rudson Marcos, Sérgio Luiz Junkes e Sônia Maria Moroso.

¹¹ Relatório original com fotos:

<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/diretorias/cepij/relatorioatividadesCEPIJ%202010.pdf>

¹² Por intermédio da Resolução n. 63/2011-TJ, de 16.11.11, foi criada a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude.

4.2. Mutirões Carcerários

COMARCA	MÊS	DIAS
Jaraguá do Sul	Fevereiro	21 a 25
São Fco do Sul	Fevereiro	21 a 25
Mafra	Abril	11 a 16
Canoinhas	Abril	11 a 16
Rio Negrinho	Abril	11 a 16
Mutirão do CNJ em Santa Catarina com a participação de magistrados e servidores do Estado, sob coordenação conjunta do CNJ e da CEPIJ	Junho e Julho	Dos dias 13 de junho a 13 de julho

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.3. Inspeções nos Centros de Internações Provisórias (CIPs) e Centros Educacionais Regionais (CERs)

COMARCA	MÊS	DIAS
Região norte	Março	21 a 25
Região sul	Abril	02 a 08
Região da Grande Fpolis	Maio	09 a 13
Ituporanga	Maio	16
Rio do Sul	Maio	17
Capital	Maio	18 e 19
Região Oeste e Extremo-Oeste	Julho	04 a 08
Região Oeste	Agosto	01 a 05
Visita programas de acolhimento	Setembro	27 a 30
Visita programas de acolhimento	Outubro	04 a 07

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4. Compromissos do coordenador pela CEPIJ e Corregedoria-Geral da Justiça

4.4.1 Mês de fevereiro

DATA	LOCAL	MOTIVO
06	Fpolis	Reunião sobre a criação do Núcleo da Infância e Juventude.
08	Fpolis	Reunião com a Defensoria pública da União. Finalização do mutirão carcerário na Vep da Capital.
10	São José	Reunião no Fórum de São José sobre segurança no prédio do Fórum.
14	Fpolis	Reunião sobre a Central Penas Alternativas na Secretaria de Segurança Pública.
15	Fpolis	Reunião para a criação da Comissão Permanente de Segurança dos magistrados colocados em situação de risco.
21 a 25	Jaraguá do Sul e São Fco do Sul	Mutirão carcerário.
28	Fpolis	Reunião do Núcleo Operacional da Infância e Juventude.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.2. Mês de março

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Fpolis	Reunião com o Juiz Marcelo Carlin sobre Projeto Começar de Novo.
03	Fpolis	Reunião sobre adoção no gabinete do Presidente da ALESC juntamente com o vice-presidente do grupo RBS.
04	Fpolis	Reunião: 1) na ASPLAN sobre PPA; e 2) com juizes da Comarca de Curitibaanos, com juiz

		Odson Cardoso Filho.
09	Fpolis	Reunião sobre o CREPE Execução Penal na CGInfo.
15	Fpolis	Reunião sobre o Projeto Começar de Novo.
16	Fpolis	Apresentação do Projeto Medida Justa do CNJ no Tribunal Pleno.
21 a 25	Região Norte	Visitas aos programas de acolhimento da Região Norte
22	Fpolis	Reunião sobre videoconferência, com CGInfo, CGJ, Deap e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.
28	Fpolis	Reunião de planejamento estratégico do núcleo operacional da infância e juventude.
29	Tubarão e Laguna	Viagem com Cel. Moreira aos Fóruns de Laguna e Tubarão. Comissão segurança magistrados.
31	Fpolis	1) Oitiva dos adolescentes N. M. C. A.; J. A. de S.; D. A. J. N.; L. M. S. T. na sala de audiências da 4ª vara criminal por supostas agressões sofridas no PLIAT. 2) Reunião sobre o plano de gestão das varas criminais do CNJ para avaliar ajuste no SAJ para atender prazos de andamento ações penais. Processo 374673-2010.9.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.3. Mês de abril

DATA	LOCAL	MOTIVO
02 a 08	Região Sul	Visitas aos programas de acolhimento da região sul
11 a 15	Mafra, Rio Negrinho e Caçador	Mutirão carcerário.
14	Fpolis	Iº Simpósio sobre Socioeducação no Poder Judiciário.
15	Fpolis	1) Reunião no PLIAT; 2) Reunião sobre o CREPE de Execução Penal.
18	Fpolis	Plano de gestão do CNJ para funcionamento das varas criminais e de execução penal (371359-2010.8).
19	Fpolis	Formatação do curso para capacitação de magistrados e servidores das varas da infância e juventude (Processo n. 398894-2010.5 – Projeto Medida Justa do CNJ).
26	Fpolis	1) Palestra no CESUSC (Evento do Centro Acadêmico de Direito); 2) Reunião com os dois núcleos operacionais para definir atribuições
27	Brasília	Reunião ENASP.
28	Fpolis	Reunião no Tribunal de Contas do Estado.
29	São Pedro de Alcântara	Inspeção da Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.4. Mês de maio

DATA	LOCAL	MOTIVO
02	Itajaí	Apresentação do projeto piloto Maria da Penha (Juíza Sônia Maria Moroso).
06	Fpolis	1) Reunião sobre Provimento n. 12 do CNJ; 2) Reunião de definições de rotinas do CREPE de execução penal.
09 a 13	Fpolis	Visitas aos programas de acolhimento da Grande Fpolis.
10	Fpolis	Reunião preparatória do Iº mutirão carcerário do CNJ.
11	Tubarão	Reunião da comissão de segurança dos magistrados.
12	Laguna e Lages	Reunião da comissão de segurança dos magistrados.
13	Itajaí	Apresentação do programa Maria da Penha (Juíza Sônia Maria Moroso).
16	Ituporanga	Visita instituições de acolhimento.
17	Rio do Sul	Visita instituições de acolhimento e reunião na ASPLAN sobre competência das unidades de São Miguel Oeste, Xanxerê e Caçador
18	Capital	Visita instituições de acolhimento e reunião na CGJ sobre o mutirão carcerário do CNJ.
19	Capital	Visita instituições de acolhimento e curso de teoria e prática sobre Execução Penal do Projeto de Extensão Atrás das Grades. Faculdade Estácio de Sá.
20	Capital	Reunião na secretaria de Estado de justiça e cidadania e reunião na CGJ sobre o Provimento n. 12 do CNJ.
23	Capital	Lançamento da Campanha Estadual pela Adoção na ALESC e reunião do núcleo operacional da infância e juventude.
24	Capital	Reunião do Proviata na secretaria de Estado da segurança pública.
26 e 27	Blumenau	V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade.
30	Capital	Palestra na OAB para a Associação dos Advogados Criminalistas de SC.

31	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT; Reunião junto à assessoria de relações públicas (abertura do mutirão carcerário do CNJ; e, participação no programa Conversas Cruzada
----	---------	--

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.5. Mês de junho

DATA	LOCAL	MOTIVO
07	Justiça Federal da Capital	Reunião com Juiz Federal Dr. Carmona.
13	São Pedro de Alcântara e Capital	Inspeção na Penitenciária de São Pedro de Alcântara e Abertura do Mutirão Carcerário do CNJ no Tribunal Pleno.
14	Capital	Reunião na ASPLAN sobre definição de competência de varas.
16	Capital	Reunião do Provita no auditório da PGJ
17	Capital	Seminário regional de formação de Conselheiros Tutelares na OAB.
20	Capital	Audiência Pública “Saúde Mental”, na Procuradoria-Geral da República em Brasília-DF.
21	Capital	Reunião na ASPLAN sobre definição de competência de varas.
27	Capital	Reunião do núcleo operacional da infância e juventude e Semana de Direitos Humanos: “Saúde e Combate à Tortura em SC”. Auditório da OAB
28	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT; Reunião na PGJ com a promotora de justiça Drª Priscila do Centro Operacional da Infância e Juventude; Semana de Direitos Humanos: “Saúde e Combate à Tortura em SC”. Auditório da OAB; e, Reunião sobre videoconferência (audiência no crime) com a secretaria de Estado da justiça e cidadania.
29 e 30	Rio Grande do Sul (Santo Ângelo)	Visita a projetos desenvolvidos pelo CEDEDICA na área da socioeducação.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.6. Mês de julho

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Rio Grande do Sul (Santo Ângelo)	Visita a projetos desenvolvidos pelo CEDEDICA na área da socioeducação.
04 a 08	Região oeste e extremo-oeste de SC	Visitas aos programas de acolhimento.
14	Capital	Reunião com a DEAP sobre transporte de PEC's (Autos n. 411963-2011.0)
26	Capital	Reunião com Técnicos do PLIAT.
27	Brasília-DF	Reunião ENASP.
28	Capital	Reunião na Polícia Federal.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.7. Mês de agosto

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 a 05	Região oeste do Estado.	Visita aos programas de acolhimento da região oeste.
03 a 05	Capital	Curso sobre Justiça Restaurativa na academia judicial.
08	Capital	Reunião com o Sindicato dos Oficiais da Justiça sobre o cumprimento de mandados de prisão e reunião com a DGJ e Programa de Implantação e Serviços Judiciários sobre o Projeto de Revitalização da Vep da Capital.
09	Capital	Visita à penitenciária da Capital (SENAI: Curso capacitação).
11	Capital	Reunião sobre definição das novas competências (ASPLAN)
15	Capital	Curso de formação de multiplicadores na área de socioeducação.
16	Capital	Reunião com oficiais da infância e juventude (mandado de prisão); Reunião na Vep da Capital (Força Tarefa); Entrevista sobre ECA (assessoria imprensa TJ); e reunião com o conselho de saúde no Sistema Prisional e DEAP.

18	Capital	Reunião sobre o sistema IPEN (Academia judicial) e reunião na Vep Capital (Projeto de reestruturação da Vep).
24	Capital	Reunião com o conselho estadual de educação e reunião sobre o PPCAM.
25	Capital	Reunião sobre transporte de PECs.
28	Capital	IX Encontro Catarinense de Saúde Mental (Centro de Eventos da UFSC).
29	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT.
30 e 31	Joinville	Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção e Fórum de juízes, promotores e técnicos do poder judiciário.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.8. Mês de setembro

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 e 02	Joinville	Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção e Fórum de juízes, promotores e técnicos do poder judiciário.
05 e 06	São Paulo	Evento sobre o Projeto Começar de Novo do CNJ na FIESP.
08	Capital	Oficina sobre direitos e deveres da mulher presa (presídio feminino da Capital) e reunião junto à CGJ sobre bens apreendidos e armas de fogo.
12 a 16	Turim/Itália	Congresso sobre Direito Humanos e Sistema Penitenciário.
20	Capital	Reunião sobre alteração da lei municipal que cria o Conselho Municipal.
21	Capital	Reunião sobre IPEN (Academia judicial).
22	Capital	Reunião sobre a orientação 33 da CGJ (Processo 381560-2010.9).
26	Brasília-DF	Reunião ordinária do CNPCP-MJ.
27 a 30		Visita aos programas de acolhimento.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.9. Mês de outubro

DATA	LOCAL	MOTIVO
04 a 07		Visita aos programas de acolhimento.
10	Capital	Reunião sobre o plano operativo de saúde do sistema prisional; Reunião na secretaria de Estado da justiça e cidadania sobre o regime semiaberto e aberto de Chapecó; e participação no programa conversas cruzadas da TVCom sobre ressocialização de presos.
18 a 21		Visita aos programas de acolhimento.
24	Capital	Reunião com promotores de justiça do centro operacional da infância e juventude da PGJ sobre ação civil pública.
25	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT.
26 e 27	Brasília-DF	Primeiro curso de treinamento para magistrados do CNJ na academia da Polícia Federal.
31	Capital	Reunião do núcleo operacional da infância e juventude.

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.4.10. Mês de novembro

DATA	LOCAL	MOTIVO
10 e 11	Blumenau	Inspeção da penitenciária de Blumenau.
16	Capital	Reunião sobre transporte de presos para as audiências e reunião sobre videoconferência.
18	Itajaí e Capital	Reunião com prefeito municipal sobre as instituições de acolhimento (Itajaí). Reunião de avaliação da Campanha “Pai Legal” (Fpolis)
21	Lages	Reunião no presídio.
22 a 25	Cuiabá-MT	IIIº FONAVID (Fórum Nacional de Violência Doméstica contra a Mulher)
24	Capital	Iº Encontro das Instituições Parceiras da Central de Penas Alternativas de Fpolis, na Alesc.
28	Capital	Palestra com o tema “Relações Humanas e Afeto”, no Iº Encontro Interno do Sistema Socioeducativo, no auditório da Procuradoria-Geral do Ministério Público.
29	Capital	Reunião com técnicos do PLIAT

4.4.11. Mês de dezembro

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Capital	Reunião PaiPJ
02	Lages e Itajaí	Reunião nos presídios
05	Capital	Debate sobre a redução da menoridade penal na Alesc
06	Capital	Reunião com a Pastoral Carcerária/Apac

4.5. Atividades desenvolvidas pela CEPIJ

4.5.1. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da execução penal: 87

NUMERO	ASSUNTO
428124-2011.1	REFORMA DAS CELAS DA CARCERAGEM JUNTO AO FÓRUM DA CAPITAL (ITEM 13 DO RELATÁRIO FINAL DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)
426658-2011.7	ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS NA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DA CAPITAL
423566-2011.5	PROJETO DE ROTINA CARTORARIA PARA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA CAPITAL
423565-2011.7	ESCLARECIMENTOS UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE VIDEIRA
415387-2011.1	PROCESSO CGJ Nº 368279-2010.0 - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS AOS SERVIDORES QUE ATUARAM NO MUTIRÃO CARCERÁRIO DE CHAPECÓ
414638-2011.7	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO - SEQUESTRO DE SERVIDORA DO FÓRUM DE IBIRAMA - COMUNICANTE: MAGISTRADO CLÁUDIO MÁRCIO ARECO JÚNIOR DA COMARCA DE IBIRAMA
411963-2011.0	CONSULTA SOBRE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA TRANSFERÊNCIA DE PRESOS, ART. 315 DO CNGCJ - REQUERENTE: DR. ELLESTON LISSANDRO CANALI, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TUBARÃO
411325-2011.0	DENÚNCIA DE SUPOSTAS AGRESSÕES A PRESOS NAS DEPENDÊNCIAS DA PENITENCIÁRIA SUL, EM CRICIÚMA - REQUERENTE RODOLPHO PINTO DA LUZ
410683-2011.0	CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL - FORÇA TAREFA PARA 2ª VARA CRIMINAL DE CRICIÚMA
409204-2011.0	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: MAGISTRADA GRAZIELA SHIZUIHO ALCHINI DA COMARCA DE ITUPORANGA
409067-2011.5	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUIZ MAURÍCIO FABIANO MORTARI DA COMARCA DE LAGUNA
409064-2011.0	AUTOS Nº 064.11.000172-2 (1ª VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ) - AUTOR: MPSC - ACUSADO: LEANDRO JUNIOR DE ANDRADE E OUTROS - REQUERENTE: JUIZ MARCELO CARLIN
409063-2011.2	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA COMARCA DE CAÇADOR DE 11 A 15 DE ABRIL DE 2011
408686-2011.4	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - JUÍZA JOANA RIBEIRO ZIMMER
408033-2011.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE PORTO UNIÃO
408032-2011.7	SEGURANÇA INSTITUCIONAL DOS MAGISTRADOS - JUIZ MAURO FERRANDIN
407924-2011.8	REGRAS DA ONU COM RELAÇÃO AS MULHERES PRESAS
406599-2011.9	MUTIRÕES CARCERÁRIOS - PROPOSTA DE MINUTA PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUTIRÃO CARCERÁRIO NO ESTADO
406598-2011.0	DESTINAÇÃO DE LAPTOPS COM INTERNET 3G PARA A CEPIJ
406394-2011.5	CERTIDÕES DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE LAGES - 2010 PROCESSO Nº 368280-2010.3
406393-2011.7	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL DA CEPIJ
406392-2011.9	CERTIDÕES DO MUTIRÃO CARCERÁRIO DA COMARCA DE BLUMENAU - 2010 - PROCESSO Nº 368282-2010.0
405421-2011.0	REUNIÃO SOBRE O PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CNJ, A REALIZAR-SE NO DIA 24/02/2011 - INDICAÇÃO DO MAGISTRADO DR MARCELO CARLIM
405106-2011.8	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REALIZADA PELO CNJ NAS COMARCAS DE BLUMENAU E JOINVILLE - PROCESSO CNJ 08037-000018/2011-67
405104-2011.1	PROJETO PARA CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITO E MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE -

	AUTOR JUIZ FLÁVIO LUIZ DELL ANTÔNIO
405085-2011.1	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS PENAIS NO EXTERIOR
404986-2011.1	CONVÊNIO PARA "IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE MONITORAMENTO DAS PENAS ALTERNATIVAS" NA COMARCA DE LAGUNA - CONVÊNIO SICONV Nº 751956/2010 (DEPEN/MJ Nº 137/2010), CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E A ACUSTRAL
404940-2011.3	READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAJAÍ, EM RAZÃO DA INAUGURAÇÃO DO COMPLEXO PRISIONAL DA COMARCA - REQUERENTE: DR LUIS FRANCISCO DELPIZZO MIRANDA
404938-2011.1	PROJETO "CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) EM GESTÃO PENITENCIÁRIA" - CONVÊNIO SICONV Nº 750534/2010 (DEPEN/MJ Nº 118/2010) - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
404506-2011.8	PROGRAMA DE ATENÇÃO AO PACIENTE JUDICIÁRIO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL (PAI-PJ) - MODELO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
404505-2011.0	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE - PRESTADOR DO SERVIÇO VITIMADO DURANTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - RESPONSABILIDADE - CONSULTA FORMULADA PELO MAGISTRADO CLÁUDIO BARBOSA FONTES FILHO (COMARCA DE VIDEIRA)
404504-2011.1	SEGURANÇA DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ
403386-2011.8	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO NA UPA DE CAPINZAL AO MINISTÉRIO PÚBLICO
403366-2011.3	SEGURANÇA NOS FÓRUMS
403365-2011.5	LEI COMPLEMENTAR Nº 529/2011 - APROVA O REGIMENTO INTERNO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DE SANTA CATARINA
402474-2011.5	ATESTADO DE PENA A CUMPRIR
402164-2011.9	SEMINÁRIO SOBRE TORTURA E VIOLÊNCIA
402151-2011.7	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE VARAS DE EXECUÇÃO PENAL
401754-2011.4	PROJETO SOBRE MEDIDAS DE SEGURANÇA
401737-2011.4	LEI Nº 12.313 DE 19 DE AGOSTO DE 2010 - PREVÊ ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO PRESO DENTRO DO PRESÍDIO E ATRIBUI COMPETÊNCIAS À DEFENSORIA PÚBLICA
401607-2011.6	ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA A GESTANTE E A MÃE (ART 8º, § 4º DA ECA)
400825-2011.1	TRANSFERÊNCIA DE PRESOS PROVISÓRIOS SEM COMUNICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE
400486-2011.8	CONVÊNIO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ESTADO DE SANTA CATARINA - PROJETO "CAPACITAÇÃO PARA OPERADORES DA EXECUÇÃO PENAL
400404-2011.3	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DA EXECUÇÃO PENAL
434532-2011.0	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP) - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS
434531-2011.2	FREQÜÊNCIA AO CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL). NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DO LAUDO DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE. DIREÇÃO DO HCTP.
433978-2011.9	INEXISTÊNCIA DE CADEIA PÚBLICA NA COMARCA DE RIO NEGRINHO PARA MANTER A CUSTÓDIA DE PRESOS - COMUNICANTE: JUIZ GUILHERME MATTEI BORSOI
432710-2011.1	PROJETO MÓDULO DE REGISTRO DO TJGO - VISITA DA EQUIPE DA CEPIJ NOS DIAS 21 A 23 DE SETEMBRO DE 2011
430752-2011.6	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS. SOLICITANTE: JUIZ JULIANO SERPA - COMARCA DE ANITA GARIBALDI
430665-2011.1	PEDIDO PARA AUTORIZAR REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO "VARREDURA" E RASTREAMENTO DE APARELHOS CELULARES NO INTERIOR DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS QUE RELACIONA - REQUERENTE: DEAP
430664-2011.3	PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE NORMATIZAR O INGRESSO E SAÍDA DE CORRESPONDÊNCIA DOS REEDUCANDOS DENTRO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS -
429661-2011.3	DENÚNCIA CONTRA O PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE EM QUE É DENUNCIANTE O CONSELHO DA COMUNIDADE DE JOINVILLE
429660-2011.5	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUIZA DE DIREITO NAIARA BRANCHER DA COMARCA DE IMBITUBA
429659-2011.1	CONSULTA ACERCA DA LEGALIDADE DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PENAL (IPEN) DE MENORES VISITANTES, FILHOS DE DETENTOS - CONSULTANTE: DEAP
429028-2011.3	SEGURANÇA NAS SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL
429027-2011.5	SOLICITAÇÃO DE LAPTOPS E TELEFONES CELULARES PARA OS NÚCLEOS OPERACIONAIS DA CEPIJ (EXECUÇÃO PENAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE)
429026-2011.7	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - INVASÃO DO FÓRUM DE RIO DO CAMPO - COMUNICANTE JUIZ MONANI MENINE PEREIRA
428519-2011.0	SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA - CUMPRIMENTO DE ATOS JUDICIAIS DE CUNHO COERCITIVO - REIVINDICAÇÕES QUANTO AOS PROCEDIMENTOS PARA CUMPRIMENTO
428338-2011.4	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - PEDIDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA DO PRÉDIO DO FÓRUM DE LEBON RÉGIS - REQUERENTE JUÍZA LÍVIA

	FRANCIO ROCHA COBALCHINI
424652-2011.7	LEVANTAMENTO JUNTO ÀS COMARCAS DO QUANTITATIVO DE ARMAS DE FOGO, ARMAS BRANCAS, ACESSÓRIOS E MUNIÇÕES
424489-2011.3	TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO EDUARDO PADILHA ROSA PARA A COMARCA DE LAGES
424488-2011.5	VISTORIA REALIZADA PELA COMISSÃO CATARINENSE DE COMBATE A TORTURA
424487-2011.7	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO PARA LEVANTAMENTO E APURAÇÃO DE ABUSO DE AUTORIDADE, TORTURA E QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA CONTRA PRESOS NO ESTADO DE SC
424486-2011.9	TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO LEANDRO JUNIOR DE ANDRADE PARA O "SEGURO", DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
424475-2011.3	CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS DO CARTÓRIO REMOTO DA EXECUÇÃO PENAL – CREPEX
424159-2011.2	DENÚNCIA FORMULADA PELO REEDUCANDO OSVALDO SILVIO BARBOSA
422330-2011.6	CAMPANHA INSTITUCIONAL - " CRACK, NEM PENSAR" - CNJ - OFÍCIO-CIRCULAR N. 334/GP – DMF
422328-2011.4	ENCONTRO NACIONAL DO ENCARCERAMENTO FEMININO - CNJ - DIA 29 DE JUNHO DE 2011
422326-2011.8	AUDIÊNCIA PÚBLICA " SAÚDE MENTAL: A EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA E A APLICAÇÃO DA LEI 10.216/2011 NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL" - MPF- DIA 20/06/2011
422324-2011.1	INCINERAÇÃO DE MATERIAL DE CONTRAPROVA - DIA 26 DE JUNHO DE 2011- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
421929-2011.5	APRESENTAÇÃO DO PROJETO APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO) DO TJMG PELA DESª JANE DA SILVA
420765-2011.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CAMPO BELO DO SUL - DÚVIDAS - REQUERENTE JUIZ ANDRÉ MILANI
418598-2011.6	COMISSÃO DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - PEDIDO DE ESCOLTA POLICIAL - REQUERENTE DRª NAYANA SCHERER
416372-2011.9	CRIAÇÃO DE VARA DE INQUÉRITOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DA CAPITAL
416067-2011.3	INSPEÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DA GRANDRE FLORIANÓPOLIS
416005-2011.3	PROPOSTA PARA TRABALHO CONJUNTO ENTRE SETORES DE ENGENHARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA E DESTA TRIBUNAL PARA DIAGNÓSTICO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E DOS DESTINADOS AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
415907-2011.1	CARDÁPIO DIÁRIO PARA ALIMENTAÇÃO DOS PRESOS – PROPOSTA
415481-2011.9	1º MUTIRÃO CARCERÁRIO DO CNJ EM SANTA CATARINA E CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DE VARA DE EXECUÇÃO PENAL, NOS DIAS 18 A 20/05/2011 NA REGIÃO SUL
413852-2011.0	DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NO PRESÍDIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - DENUNCIANTES: SIDINEI BENITZ, CÉLIA ARLETE DUARTE, ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA E ADOLFO VAZ DA SILVA (PAIS DE DETENTOS)
413266-2011.1	ACESSO AO SISTEMA DO IPEN - REQUERENTE: JUIZ DE DIREITO EDSON MARCOS DE MENDONÇA DA COMARCA DE BLUMENAU
413265-2011.3	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - REQUERENTE: JUIZA DE DIREITO E DIRETORA DO FORO ELIANE ALFREDO CARDOSO LUIZ DA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
439411-2011.9	ESCOLTA DE PRESOS PARA AUDIÊNCIAS – COMPETÊNCIA
437919-2011.5	DOAÇÃO DE COMPUTADORES PARA A ESCOLA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FPOLIS
437918-2011.7	PRIMEIRO CURSO DE TREINAMENTO PARA MAGISTRADOS DO CNJ. ACADEMIA DA POLÍCIA FEDERAL EM BRASÍLIA - DF. DIAS 26 A 28 DE OUTUBRO DE 2011
437125-2011.9	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO DIMAS (ASDBEDIM) - SOLICITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA EMPREENDER VIAGEM AO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA CONHECER O PROJETO APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS)
437123-2011.2	PRESÍDIO REGIONAL DE BLUMENAU - DENÚNCIA DE REBELIÃO - COMUNICANTE: LARISSA ZEFERINO
437088-2011.0	COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS. SEGURANÇA NA SESSÃO DO JÚRI DO DIA 25/10. REQUERENTE: JUIZ GUY ESTEVÃO BERKENBROCK DA COMARCA DE ARAQUARI

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.2. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da infância e juventude: 35

NÚMERO	ASSUNTO
432802-2011.7	SOLICITAÇÃO DE CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E

	PSICÓLOGO
432056-2011.5	CONSULTA SOBRE CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE APREENSÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
426027-2011.9	OFÍCIO Nº 067/2011 - ENVIO DE CÓPIA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS E SENTENÇAS
423589-2011.4	SOLICITAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA CAPITAL
420596-2011.0	SOLICITAÇÃO DE VAGAS EM CIPS E CERS
417924-2011.2	XIX ENTRO NACIONAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO - ENAPA, A REALIZAR-SE NO PERÍODO DE 02 A 04/06/2011 EM CURITIBA
416687-2011.6	REGULAMENTAÇÃO - AUTORIZAÇÃO - ALVARÁ JUDICIAL - TRABALHO - ADOLESCENTE - LIMITE CONSTITUCIONAL - ART. 7, XXXIII, CF/88 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0005958-45.2010.2.00.0000
416105-2011.0	COLOCAÇÃO DE GRADE DE PROTEÇÃO DE UM DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO FÓRUM DE JOINVILLE - REQUERENTE: OFICIAIS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA
439336-2011.8	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO SERVIDORA MARIA EDUARDA KALAFATÁS DE AMORIM NO SEMINÁRIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 10 E 11 DE NOVEMBRO DE NA CIDADE DE FORTALEZA/CE
437122-2011.4	SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO EMERGENCIAL PARA TRATAR DO AUMENTO DOS CRIMES PRATICADOS EM FLORIANÓPOLIS POR ADOLESCENTES INFRATORES (OFÍCIO Nº 3081/GABS/SSP/2011)
436974-2011.2	PROJETO DE LEI QUE VISA ALTERAR ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 4283/1993, QUE DISPÕE DA CRIAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES
435161-2011.4	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO NO 3º ENCONTRO NACIONAL DE JUIZES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 19 A 21/10/2011, EM BRASÍLIA/DF
421442-2011.0	OFÍCIO Nº 015/2011 - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA CISÃO DA COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE - CEPIJ, COM A CRIAÇÃO DE COORDENADORIAS ESPECÍFICAS PARA CADA UMA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO
411962-2011.2	PLIAT - INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTAS AGRESSÕES CONTRA ADOLESCENTES
411526-2011.0	OFÍCIO CIRCULAR Nº 045/COMAJC DO CNJ - PROJETO "CULTURA E PRÁTICAS NÃO REVITIMIZANTES" - CARTOGRAFIA NACIONAL DAS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS DE TOMADA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PROCESSOS JUDICIAIS NO BRASIL
408709-2011.7	RELATÓRIO FINAL Nº 3 DE 2010, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE APURA A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO – PROVIDÊNCIAS
407941-2011.8	ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA EM VARA RESPECTIVA QUANTO AOS CRIMES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE
406998-2011.6	I SIMPÓSIO SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
405615-2011.9	CONSULTA SOBRE INTERNAÇÃO PARA EXAMES TOXICOLÓGICOS E DE SANIDADE MENTAL EM MENORES INFRATORES - REQUERENTE: ANALISTA JURÍDICA RITA GOBBATO ZAMBOTTI (2ª VARA DA COMARCA DE CAMBORIÚ)
405206-2011.4	SOLICITA DUAS ASSISTENTES SOCIAIS E DOIS ANALISTAS JURÍDICOS
405105-2011.0	CURSO PARA OS NOVOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
404987-2011.0	QUADRO DE SERVIDORES DO FUTURO NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
405082-2011.7	PEDIDO DE VAGA PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE - REQUERENTE JUÍZA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA
404941-2011.1	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROJETO MEDIDA JUSTA DO CNJ AOS EXMº SENHORES DESEMBARGADORES DESTA TRIBUNAL NA SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO DO PRÓXIMO DIA 16 DE MARÇO PELO DES REINALDO CINTRA TORRES DE CARVALHOS
404728-2011.1	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM) - INCLUSÃO DO ADOLESCENTE EDUARDO MAURÍCIO PEREIRA - REQUERENTE JUIZ GIANCARLO BREMER NONES
404056-2011.2	PROJETO PILOTO VISANDO A CRIAÇÃO DE UMA VARA CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NOS MOLDES DO ESTADO DO RIO GRANDRE DO SUL - PROPONENTE: JUÍZA BRIGITTE REMOR DE SOUZA MAY
402308-2011.0	PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES INFRATORES POR MAIS DE 05 DIAS NO PLIAT
402165-2011.7	APRESENTAÇÃO DO CENTRO SÓCIO EDUCATIVO SANTA CLARA – MG
401738-2011.2	REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO DE CONTEUDO NO PORTAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
401608-2011.4	OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/CNJ/COR/2011 - INFORMAÇÕES RELATIVAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE
401512-2011.6	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - MODELO PARANÁ
428518-2011.2	CONSULTA SOBRE LEGALIDADE DA MUNICIPALIDADE MANTER PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC) E DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) - CONSULENTE ILENA DÁLLA COSTA MACHADO, CHEFE DE SECRETARIA DE FORO DE CONCÓRDIA
425883-2011.5	SOLICITAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS AO ADVOGADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

424474-2011.5	SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA PREFEITURA AMIGO DA CRIANÇA
437126-2011.7	PROJETO SOCIOEDUCATIVO NA UPA DE SÃO JOAQUIM - CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE SÃO JOAQUIM

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.3. Processos administrativos autuados referentes ao núcleo operacional da das mulheres em situação de violência doméstica e familiar: 02

NÚMERO	ASSUNTO
439410-2011.0	CRIAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO PARA AS UNIDADES ESPECIALIZADAS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIA - REQUERENTE JUIZ DE DIREITO MAURÍCIO FABIANO MORTARI DA COMARCA DE TUBARÃO
437917-2011.9	ADVOGADO MARLON SOLICITA SEJA DEFERIDO PRISÃO DOMICILIAR PARA SEU CLIENTE QUE É PORTADOR DE HIV E TUBERCULOSE (AUTOS Nº 023.11.024040-8) - PLEITO INDEFERIDO PELA MAGISTRADA DA VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.4. Ofícios-Circulares relacionados à CEPIJ encaminhados pela Presidência: 03

Nº	ASSUNTO	DESTINATÁRIOS
01/2011	Internação para exames toxicológicos e de sanidade mental em menores infratores (Processo n. 405615-2011.9)	Magistrados com competência na área da infância e juventude
02/2011	Ofício 067/2011 DEASE. Remessa de cópia de decisões (Processo n. 42027-2011.9)	Magistrados com competência na área da infância e juventude
03/2011	Esclarecimento sobre a UPA de Videira (Processo n. 423565-2011.7)	Magistrados com competência na área da execução penal e corregedoria de presídios

Fonte: Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ

4.5.5. Processos físicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 44

186, 145, 083, 141, 172, 129, 038, 084, 085, 087, 185, 020, 049, 173, 170, 065, 174, 032, 175, 135, 104, 128, 192, 103, 107, 046, 091, 034, 187, 144, 142, 191, 130, 031, 012, 029, 081, 127, 070, 080, 162, 042, 097 e 143.

4.5.6. Processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 428

- Despachos em processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 906

- Despachos em processos eletrônicos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 192

4.5.7. Despachos e pareceres: 411

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- autuação de processos digitais;
- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisição de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes endereçados à Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e

- solicitação e controle das revisões e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA¹³

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária destacamos:

- Implantação de novo sistema para o ROL de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências da CGJ, com a integração entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/CIASC) para a troca de informações dos mandados de prisão. A nova sistemática permite a dispensa da remessa física dos mandados para as delegacias, bem como alimenta, automaticamente, o banco de dados da rede Infoseg, melhorando significativamente a qualidade das informações que compõem a base nacional de mandados de prisão;
- Criação e desenvolvimento, em conjunto com a Assessoria de Informática da CGJ, de sistema para o cadastro do Plantão Judiciário do Primeiro Grau, no qual os próprios Chefes das Secretarias dos Foros inserem as informações dos magistrados e dos funcionários de plantão na circunscrição, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Provimento CGJ 07/2011). Referido sistema eliminou o retrabalho de digitação das informações por parte desta Corregedoria, bem como permite a divulgação instantânea, na página do Poder Judiciário, dos magistrados que respondem pelo plantão e respectivos telefones de contato;
- Atualização e formação dos novos grupos de equivalência para o cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau, obedecendo às respectivas alterações das competências das unidades judiciárias;
- Continuidade na participação das reuniões do grupo de trabalho que analisa as propostas de alteração das competências e instalação das novas unidades judiciárias no Estado, com fornecimento das simulações estatísticas complementares ao projeto ‘cenários’;
- Participação em diversas reuniões técnicas que buscam o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado: a) metas nacionais do CNJ; b) integração com órgãos públicos e privados (SSP/SC, TRE, CIASC, PROCURADORIAS, UFSC, etc); c) auto avaliação da gestão do PJ visando a busca da excelência – programa de qualidade no serviço público –

¹³ Vide ANEXOS 2 e 3 – Relatório das Casas da Cidadania e Relatório do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição.

GESPÚBLICA; d) seminários de integração com os setores internos e externos ao Judiciário;

- Criação e desenvolvimento de novos relatórios para o monitoramento dos mandados de prisão constantes do rol de mandados. Com esta nova ferramenta de trabalho foi possível exercer rigorosa fiscalização nos mandados de prisão emitidos pelas unidades judiciais, permitindo a imediata identificação dos mandados que se encontravam desatualizados no saj/pg. Este novo método permitiu a correção das informações de forma extremamente significativa, conforme demonstram os dados abaixo:
 - a) Mandados de prisão em aberto: de um total de 13.775 mandados em aberto no início do ano, chegamos ao final do período com 12.505 mandados ativos, o que significou uma redução de 9,2% do acervo;
 - b) Mandados de prisão sem data de validade: de um total de 3.461 mandados, terminamos o período com apenas 31 (redução de 99,1% dos erros);
 - c) Mandados de prisão com data de validade expirada: redução de 78% do número de mandados erroneamente cadastrados (941 para apenas 204 no final do ano).
- Continuidade dos trabalhos de melhoria do saj/estatística, visando a tornar o sistema mais automatizado e melhor acessível aos usuários institucionais.

Apresenta-se, a seguir, alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 240;
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 851;
- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 572;
- Informações prestadas em processos administrativos (criação de varas, alteração de competências das unidades, acompanhamento do movimento forense e etc): 519.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

7.1. Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;
- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Civis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;
- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 68 (sessenta e oito) pareceres em processos;
- 56 (cinquenta e seis) pareceres envolvendo cálculos.

7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 6.219 (seis mil duzentos e dezenove) e-mails;
- 2.607 (dois mil seiscentos e sete) telefonemas.

7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 106 (cento e seis) pessoas atendidas.

7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Parceria da Assessoria com a Auditoria nas inspeções judiciais realizadas nas comarcas: Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Içara, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Turvo, São José, Estreito, Lebon Régis, Santa Cecília, Rio do Campo e Taió, para verificação do correto recolhimento do Fundo de Reaparelhamento de Justiça na esfera Judicial e apuração de irregularidades no recolhimento de custas processuais;
- Participação nas reuniões acerca da elaboração do projeto de reestruturação da Corregedoria;
- Participação na correição realizada na comarca de São José;
- Participação nas reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
- Participação nas reuniões para implementação do novo procedimento de pagamento de conduções aos oficiais de justiça;
- Participação nas reuniões para a operacionalização da cobrança de custas iniciais em processos de execução fiscal do Município de Florianópolis;
- Participação nas reuniões para as definições técnicas da integração TJSC/CAIXA no que tange aos depósitos de interesse da União;
- Participação na definição de funcionamento da GECOF no processo virtual – SAJ 5;
- Participação no projeto de retenção do imposto de renda retido na fonte nos Rendimentos Recebidos Acumuladamente – RRA;
- Participação no projeto de alteração dos boletos para pagamento de custas/preparo disponíveis na WEB;
- Participação na elaboração de projetos de lei;
- Participação na elaboração de esboços de ofícios-circulares, circulares, provimentos e resoluções;
- Participação nos trabalhos desenvolvidos pela Contadoria do Fórum de Balneário Camboriú entre os dias 13 a 16 de junho/2011;
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para implementação de custas judiciais na internet;

7.6. Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

8. ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano 2011, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores deste órgão censor, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Abaixo serão relacionadas as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias de Informática e Informática Jurídica.

8.1. Site da Corregedoria Geral da Justiça

Foram feitas atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) visando à publicidade dos atos e orientações dos projetos, dentre as quais destacamos:

- Base de conhecimento;
- Portal Extrajudicial;
- Metas do CNJ;
- Hotsite do 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de SC;
- Hotsite do Encontro Estadual de Adoção;
- Hotsite da Campanha Pai Legal.

8.2. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

Neste ano foi incluído no Módulo Web a opção para visualização das ocorrências inseridas no Módulo dos Abrigos. Desta forma, servidores do Poder Judiciário poderão acompanhar os registros de ocorrências informados pelos responsáveis pelos abrigos.

As atualizações continuaram nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi, bem como a continuidade no suporte às intuições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

8.3. CNA – Cadastro Nacional de Adoção

Foi desenvolvido um novo sistema de envio de informações ao CNJ que utiliza a tecnologia de WebServices.

Os dados dos pretendentes à adoção passaram a ser atualizados diariamente no banco nacional.

8.4. SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça

Foi desenvolvido um sistema que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções em custas iniciais ou intermediárias.

Foi disponibilizado um novo sistema de pagamento de diligências no SAJ PG 5.0.

8.5. Plantão judicial de primeiro grau

Foi desenvolvido um novo sistema para cadastramento de consulta de plantões judiciais, onde o próprio Chefe da Secretaria do Foro pode cadastrar as informações dos plantões. As informações de magistrados, servidores e contatos são registrados conforme Provimento CGJ n. 7 de 2011.

8.6. RIE/CEJA – Relatório de Inspeção das Entidades de Acolhimento

Desenvolvimento de um sistema para registro e acompanhamento das atividades de inspeção nas entidades de acolhimento do estado.

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.7. Sistema Bacen Jud

Foi desenvolvido um sistema para a consulta de depósitos em subcontas, facilitando o trabalho do Cartório na localização de valores bloqueados e transferidos, bem como na identificação de ordens não cumpridas.

A Equipe Bacenjud fornece, sistematicamente, informações e senhas, por meio de e-mail institucional, para todos os usuários do Sistema. Cerca de 8500 e-mails foram enviados e recebidos no ano de 2011. Além do atendimento por e-mail, a equipe atendeu inúmeras chamadas telefônicas internas e externas para suporte e informação referente ao Sistema Bacenjud 2.0.

8.8. SAJ Estatística

Novos relatórios e informações foram incorporados ao sistema e analisadas pela CGJ. O projeto continua em fase de adequação, com a troca de informações entre a CGJ e a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, de modo a atender aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

O sistema e os relatórios provenientes de seu banco de dados tiveram adequações para que os relatórios e consultas possam ser realizados com as novas classes e assuntos do CNJ, bem como as novas movimentações.

8.9. Sistema de Inspeção Virtual

O Sistema de Inspeção Virtual foi totalmente revisto, de forma que as novas Classes e Assuntos do CNJ sejam atendidas, bem como as novas movimentações processuais.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

8.10. Mutirão carcerário

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.11. Emissão de relatórios estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária.

As informações são utilizadas para as correções, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofícios de outras instituições, como PGE e CNJ.

8.12. Programa DNA

O Sistema foi adaptado para o novo padrão de número de processo, conforme padrão CNJ. Também foi desenvolvida nova visualização de dados.

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado e tanto o suporte, quanto o atendimento, é realizado pela Assessoria.

8.13. Troca de microcomputadores e periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

8.14. SSP

Foi adaptado o sistema desenvolvido para transmissão automática de dados do ROL de mandados da CGJ para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, de modo a enviar os dados do SAJ PG versão 5.0. Além disto, foi desenvolvido um recurso para a importação das imagens dos mandados de prisão para posterior envio à SSP.

8.15. Sistemas CNJ

As Assessorias de Informática, além de inserirem dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

8.16. TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram feitas adequações no sistema de envio de informações ao TRE para inclusão de novas informações e ajustes nas baixas do Rol de Culpados, de modo a não ser necessário o envio de Ofício ao TRE.

8.17. Rol de Antecedentes Criminais

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem, com integração ao TRE e SSP.

Foram desenvolvidas rotinas para importação do ROL nas comarcas que operam o SAJ/PG 5.0.

8.18. METAS - CNJ

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção.

8.19. Portal do Extrajudicial

Gestão do conteúdo, tais como comunicados, links, banners, sistemas e documentos e alteração no layout da página.

8.20. Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria teve várias modificações desde janeiro de 2008, a fim de atender a adequação de Lei ou reivindicação dos usuários. Algumas funcionalidades implementadas:

- cadastro de entidades de utilidade pública;
- regras do ressarcimento;
- regras da aquisição de selo;
- cadastro de prazo para informação de escritura;

- consulta de selos físicos;
- consulta de selos digitais;
- formulário para alteração de dados na guia de ressarcimento;
- alteração de relatórios.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

8.21. Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais, após efetuarem o formulário de cadastro anexo à circular 12/2006, solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Acréscimo no cadastro e controle de várias informações vinculadas, tais como: entidades de utilidade pública, previsão legal etc.
- Alteração das descrições de todos os atos para conterem a referência ao Regimento de Custas e Emolumentos RCE.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.22. Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e definições do projeto do Selo Digital e participação na implantação do Selo Digital em Santa Catarina. Desenvolvimento do Portal de Consulta do Selo Digital e desenvolvimento do boleto para aquisição de selo digital dentro da área restrita extrajudicial.

8.23. Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Implementação de novas funcionalidades na Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha, dentro da área restrita do extrajudicial, onde é possível efetuar-se os cadastros em banco de dados centralizados.

8.24. Projeto Malote Digital - Hermes

Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI foi implantado o Malote Digital – Hermes para todas as serventias extrajudiciais do estado. O Sistema permite o envio de documentos assinados digitalmente diretamente para os cartórios extrajudiciais e registra dados para auditoria, tais como: quem leu o documento e a que horas o documento foi lido.

8.25. Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças foi modificado algumas vezes para:

- adequação ao novo fornecedor de selo de fiscalização;
- captura dos pagamentos de compra de selos feito via boleto bancário;
- adequação para que o sistema trabalhe paralelamente com o selo digital.

8.26. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção

Concluída a parte de tabelionato e protestos. Continuam em desenvolvimento as outras especialidades do SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção, que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de checklist completo, elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a geração de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

8.27. Portal de Consulta do Selo Digital

O portal de consulta do selo digital fornece a garantia de autenticidade dos atos lavrados, constituindo ferramenta indispensável no tripé selo digital - envio das informações dos atos para o banco de dados centralizado -

consulta pública. Permite que qualquer pessoa em posse do ato possa conferir se o documento é verdadeiro. Para isso, basta digitar o número do selo digital no portal de consulta que trará todas as informações dos atos enviados pela serventia que lavrou o ato e que se encontra armazenada em nosso banco de dados.

8.28. Cadastro dos Juizes de Paz

Sistema para que as secretarias de foro, mediante autenticação, cadastrem todos os juizes de paz titulares, *ad hoc* e suplentes atuantes em suas respectivas comarcas (Ofício Circular n. 248/2011). Esta primeira etapa visa viabilizar o ressarcimento previsto na Lei Complementar Estadual n. 532/2011.

8.29. Cadastro *on-line* das serventias extrajudiciais (em homologação)

Sistema que permite às serventias extrajudiciais, mediante acesso autenticado, alterar seus próprios dados, tais como: endereço, telefone, conta bancária, cadastro de funcionários, titulares, substitutos e livros utilizados pela serventia.

8.30. Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartorários extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- capacitação de novos Assistentes Sociais;

- capacitação do sistema PRODNASC;
- reuniões da comissão do Selo Digital.

8.31. Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escritania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escritanias
- Sala dos TSIs

9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

9.1. Quadro de pessoal

O quadro funcional da Ceja é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar – assistente social;
- 1 técnica judiciária – bacharel em Direito.

9.2. Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação formulados por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;

- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional;
- Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

9.3. Projetos/Atividades

9.3.1. Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos) é monitorada pela Ceja, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

9.3.2. Sistemas do CNJ: Cadastro Nacional de Adoção (CNA), Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL)

Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – Cuida, a Ceja monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

No corrente ano realizou-se uma reunião em Brasília com os técnicos da Ceja, assessoria de informática da Corregedoria e técnicos do CNJ onde foram propostas adequações, sobretudo no que diz respeito à migração dos dados do Cuida para o CNA.

9.3.3. Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

Emissão de parecer nos relatórios dos cursos de preparação realizados, totalizando, no decorrer deste ano, todas as comarcas do Estado. O parecer implica na avaliação do conteúdo programático e resultados alcançados.

9.3.4. Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

Foram realizadas visitas de inspeção em 150 entidades de acolhimento (abrigos) e discutidos os processos de 1.600 crianças e adolescentes acolhidos, em reuniões realizadas nos Fóruns, Varas da Infância e Juventude. As visitas foram acompanhadas pelo juiz Coordenador da Cepij, Dr. Alexandre Takaschima.

9.3.5. Realização de mutirões nas Varas da Infância e da Juventude

Foram organizados e acompanhados mutirões no setor de Serviço Social das comarcas de Capital e Lages, pelo período de um mês cada um deles. As assistentes sociais de Rio do Sul e Itajaí atuaram em Lages e as assistentes sociais de Araranguá e Laguna atuaram na Capital.

9.4. Eventos/Treinamentos

A CEJA organizou e participou dos eventos/treinamentos:

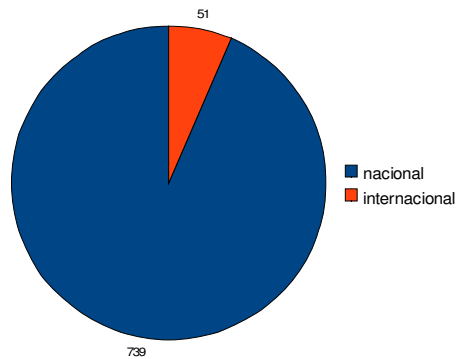
- **11 de junho:** Treinamento para Assistentes Sociais – Florianópolis – Academia Judicial;
- **30 e 31 de agosto:** VIII Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Joinville;
- **01 e 02 de setembro:** Forum Estadual de Juízes e Técnicos do Poder Judiciário – Joinville.

9.5. Dados estatísticos

9.5.1. Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 04 (quatro) sessões realizadas;
- 74 (setenta e quatro) processos julgados: 66 (sessenta e seis) de pretendentes italianos, 07 (sete) de franceses e 01 (um) de espanhol.

9.5.2. Adoções realizadas



Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.5.2.1. Nacionais

Neste ano, **739** ações de adoção nacional foram sentenciadas, alguns desses processos de adoção correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

9.5.2.2. Internacionais

51 crianças adotadas por estrangeiros, sendo:

Itália: 25 casais adotaram 47 crianças, representados pelas Instituições:

II MANTELLO:

01 (uma) criança com 08 anos

05 (cinco) grupos de 02 (dois) irmãos, entre 05 e 13 anos

03 (três) grupos de 03 (três) irmãos, entre 02 e 13 anos

01 (um) grupo de 04 (quatro) irmãos, de 07, 05, 03 e 02 anos

TOTAL: 24 çças/adolescentes

CIFA:

04 (quatro) crianças entre 08 e 10 anos

04 (quatro) grupos de 02 (dois) irmãos entre 06 e 11 anos

02 (dois) grupos de 03 (três) irmãos entre 03 e 11 anos

01 (um) grupo de 04 (quatro) irmãos, de 10, 09, 06 e 03 anos

TOTAL: **22** crianças/adolescentes

RETE ESPERANZA:

01 (uma) criança com 09 anos

TOTAL: **01** criança

França: **02** (dois) casais adotaram **04** (quatro) crianças, representados pela Instituição:

MEDECINS DU MONDE:

01 (uma) criança de 09 anos

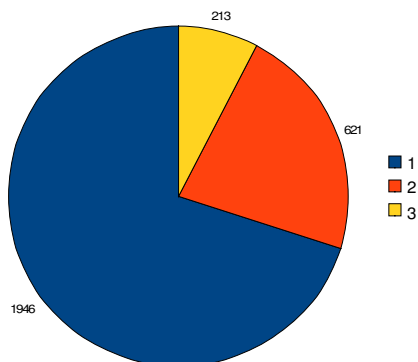
01 (um) grupo de 03 (três) crianças com 06, 04 e 02 anos

TOTAL: **04** (quatro) crianças

9.5.3. Pretendentes habilitados (dados gerais)

2780 pretendentes habilitados, sendo:

- residentes em Santa Catarina: 1946 (70,00%)
- residentes em outros Estados: 621 (22,34%)
- estrangeiros: 213 (7,66%)

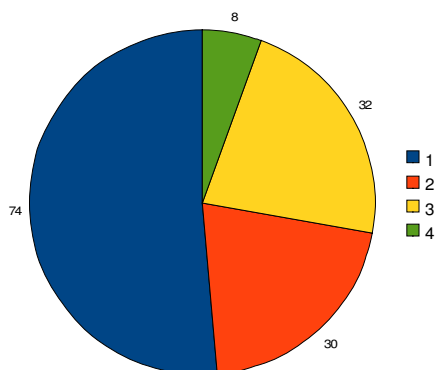


Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.5.4. Entidades de acolhimento cadastradas na ceja

160 programas de acolhimento, sendo:

- **74** acolhimento institucional (45,68%)
- **30** Casas Lares (18,75%)
- **32** Projetos de Acolhimento Familiar (19,75%)
- **08** Casas de Passagem (4,94%)



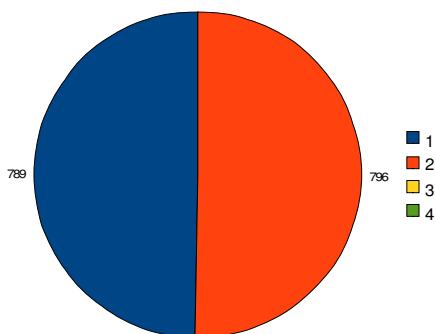
Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.5.5. Crianças/Adolescentes acolhidos

1585 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – 789 (49,78%)

Sexo masculino – 796 (50,22%)

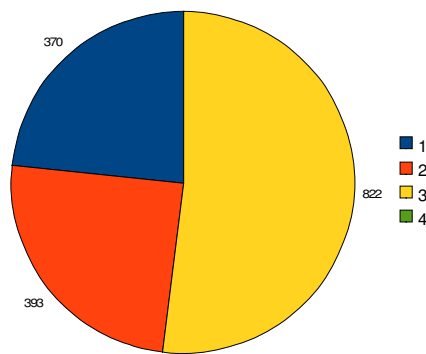


Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

0 a 5 anos – 370 (23,34%)

5 a 10 anos – 393 (24,79%)

acima de 10 anos – 822 (51,86%)



Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

9.6. Grupos de estudos e apoio à adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela Ceja.

9.7. Propostas

- Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense;
- Organização do 9º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Lages, mês de novembro/2012;
- Continuidade ao trabalho de acompanhamento e supervisão às instituições de acolhimento institucional através de relatórios e visitas;
- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados;
- Gerenciamento e monitoramento dos Sistemas do CNJ;
- Acompanhamento e avaliação dos Cursos de Preparação aos Pretendentes à Adoção;
- Reunião com representantes de entidades internacionais credenciadas na Ceja.

9.8. Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto a gestão

dos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça que vem passando por adequações para maior eficácia.

A supervisão às Instituições de Acolhimento, através de visitas *in loco*, foi positiva, haja vista a oportunidade de reavaliar e a situação pessoal e processual das crianças hoje acolhidas, que resultou no encaminhamento de algumas delas para adoção ou retorno as famílias.

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional permitiu dar encaminhamento a um numero expressivo de processos e, por conseqüência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

O desempenho positivo da CEJA neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Solon D'Eça Neves, sempre presente em todos os eventos e sessões, demonstrando publicamente a importância da Comissão, reconhecendo e valorizando suas ações, transmitindo à equipe sentimento de otimismo.

Importante registrar o apoio dos juízes das varas da infância e da juventude e das assistentes sociais judiciárias, presentes e receptivos aos eventos e trabalhos da Comissão.

Por último, o auxílio dos Juízes Corregedores, do Juiz Coordenador da Cepij, Dr. Alexandre Takaschima, do Secretário da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas à infância e juventude.

10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

10.1. Atividades Desenvolvidas

Durante o ano de 2011, a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;
- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça e aos Juízes-Corregedores;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes-Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;
- cotação e compra de passagens aéreas para as viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- cotação e locação de veículos necessários aos desempenho das inspeções correicionais e demais atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2011;
- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2012;
- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça;
- seleção e distribuição de correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle do conteúdo do site da Corregedoria (contatos e estrutura organizacional);
- controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores, estagiários e Juízes Corregedores;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação dos servidores em estágio probatório;

- avaliação mensal dos terceirizados;
- avaliação ergonômica das estações de trabalho;
- redimensionamento da estrutura física da CGJ, com acompanhamento das obras e finalização do *layout* dos 10^o e 11^o andares;
- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;
- inscrição dos Juízes-Corregedores e Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;
- organização do treinamento dos servidores da CGJ para capacitá-los a trabalhar com o SAJ 5, implantado em março de 2010;
- reunião com servidores da CGJ e Juízes-Corregedores para dar prosseguimento ao processo administrativo de Reestruturação da Corregedoria;
- participação da entrega do resultado da avaliação do Programa 5 S – 1^o e 2^o semestres;
- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;
- solicitação da carteira funcional para servidores da CGJ;
- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ;
- descrição dos processos (manualização das rotinas) executados pela Secretaria-Geral para padronização e controle dos mesmos.

10.2. Participação dos servidores da Secretaria-Geral em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2011, alguns servidores da Secretaria-Geral participaram do curso Gestão por Processos no Serviço Público, realizado pela Consultre em Florianópolis-SC, no período de 18 a 21 de outubro, com carga horária de 24 horas.

Um desses servidores participou também do curso Eneagrama na Gestão de Pessoas, realizado pelo Instituto Renove em parceria com a Academia Judicial, nos dias 3, 4, 13, 14, 31 de outubro, e 1^o, 3 e 4 de novembro, em Florianópolis-SC, com carga horária de 32 horas; e outro servidor participou do curso Liderança & Coaching – Atributos e Técnicas pró eficácia das equipes, realizado pela Academia Judicial, no período de 12 e 13 de setembro, com carga horária de 16 horas.

11. CONCLUSÃO

Este breve relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça ao longo de 2011 evidencia que os Magistrados e servidores que compõem este Órgão Correicional trabalharam com dedicação e afincos para contribuir com o aprimoramento dos órgãos do Poder Judiciário de primeiro grau, bem como das Serventias Extrajudiciais, seja por meio do desenvolvimento e implantação de novos projetos, ou mediante orientação e controle das atividades realizadas

Os projetos desenvolvidos pela Corregedoria-Geral da Justiça visam simplificar e modernizar rotinas, para que os usuários internos e externos das serventias judiciais e extrajudiciais possam manusear e compreender com facilidade as normas e condutas que lhe são afetas, independentemente de sua formação técnica.

Esses projetos primam também pela integração do Poder Judiciário com os demais setores da Administração Pública, com foco numa prestação jurisdicional e administrativa mais célere e eficaz.

Todo esse desenvolvimento tecnológico e de método, no entanto, tem como premissa básica as informações advindas do controle das atividades, que é exercido por meio de inspeções ordinárias e extraordinárias nas serventias judiciais e extrajudiciais.

É por meio delas que se consegue identificar as dificuldades e os gargalos eventualmente existentes nos processos de gestão, trazendo subsídios para o desenvolvimento de novos projetos, bem como para a normatização dos procedimentos e para a orientação dos serventuários e Magistrados.

Essa integração, necessária ao desenvolvimento das atividades desse Órgão Censor com qualidade e eficiência, esteve presente ao longo de 2011 e de toda nossa gestão. Por essa razão é que cumprimento novamente os Senhores Juizes-Corregedores e, especialmente, ao corpo técnico que integra esta Corregedoria-Geral pelo excelente trabalho realizado ao longo do biênio, e reitero meus agradecimentos pelo esforço despendido para o cumprimento das metas traçadas.

A todos meu preito de gratidão e enaltecimento.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2012.

SOLON d'EÇA NEVES

Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

12. ANEXOS

12.1. Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa

12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária

12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária